

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

CARLA FERREIRA ALVES BELONIA

**EJA: EVASÃO ESCOLAR EM UMA UNIDADE MUNICIPAL DE
ENSINO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES – ESTUDO DE CASO**

**SÃO MATEUS-ES
2020**

CARLA FERREIRA ALVES BELONIA

EJA: EVASÃO ESCOLAR EM UMA UNIDADE MUNICIPAL DE
ENSINO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES – ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

SÃO MATEUS-ES
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

B452e

Belonia, Carla Ferreira Alves.

EJA: evasão escolar em uma unidade municipal de ensino de Presidente Kennedy/ES – Estudo de caso / Carla Ferreira Alves Belonia – São Mateus - ES, 2020.

96 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof^a. Dr^a. Sônia Maria da Costa Barreto.

1. Educação de Jovens e adultos. 2. Evasão escolar. 3. Presidente Kennedy - ES. I. Barreto, Sônia Maria da Costa. II. Título.

CDD: 374.015

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

CARLA FERREIRA ALVES BELONIA

EJA: EVASÃO ESCOLAR EM UMA UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO DE PRESIDENTE KENNEDY/ES - ESTUDO DE CASO

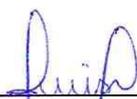
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 27 de março de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Profa. Me. Luana Frigullha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Josete Pertel
Faculdade Multivix São Mateus

Dedico este trabalho aos meus pais Ornete e Carlos Magno, que sempre me apoiaram e me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu soberano pai, que me concedeu a paciência e a sabedoria quando eu mais precisei ao longo desta pesquisa.

Aos meus amados pais, Carlos Magno e Ornete, pelo apoio, carinho, incentivo e pela paciência; por serem fontes de inspiração e exemplo de vida. Obrigado por sempre acreditarem em mim!

À minha família, meu esposo, Daniel, e minha filha, Danielly, que, com amor, paciência e carinho, estiveram ao meu lado em todos os momentos desta jornada.

Às minhas irmãs Carina e Camila, que estiveram nesta caminhada comigo, pelo apoio e pela compreensão.

À professora doutora Sônia Maria da Costa Barreto, minha orientadora, por me auxiliar durante a realização desta pesquisa.

À Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy/ES, pela bolsa de estudos concedida para a realização do mestrado.

A todos, muito obrigada!

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.

Paulo Freire

RESUMO

BELONIA, Carla Ferreira Alves. **EJA: Evasão escolar em uma unidade municipal de ensino de Presidente Kennedy/ES - Estudo de caso.** 2020. 96f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus – Espírito Santo, 2020.

O estudo tem como objetivo apresentar os motivos que causam a evasão de alunos Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo, de Presidente Kennedy, buscando identificar os indivíduos que procuram a modalidade de ensino EJA, bem como os motivos que influenciam o abandono e o retorno escolar na unidade de ensino. O referencial teórico tem como base autores que teorizam o referido tema, bem como outros pesquisadores. A pesquisa realizou-se por meio de estudo de caso, tendo como instrumento principal a coleta de dados, efetuada por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória que foi feita através da aplicação de questionários estruturados com alunos e professores da EJA. Concluímos que a temática continua sendo um desafio para os educadores locais, que devem procurar entender os motivos que gera, a evasão, dada a multiplicidade de fatores causais. Compete à escola incentivar os alunos a dar continuidade aos estudos, orientando-os para que melhor se ajustem às suas necessidades estudantis, pessoais e profissionais.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Evasão Escolar. Presidente Kennedy/ES.

ABSTRACT

BELONIA, Carla Ferreira Alves. **EJA: School dropout in a municipal teaching unit of President Kennedy / ES - Case study**. 2019. 96f. Dissertation (Masters) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - Espírito Santo, 2020.

The study aims to present the reasons that favor the evasion of students in the EJA modality, in the municipality of President Kennedy-ES with studies at Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Jaqueira Bery Barreto de Araújo, from Presidente Kennedy, seeking to identify individuals seeking the EJA teaching modality, as well as the reasons that influence school dropout and return to the teaching unit. The theoretical framework is based on authors who theorize the referred topic, as well as other researchers. The research was carried out through a case study, using presented as the main instrument, carried out through a qualitative and exploratory approach that was carried out through the application of structured questionnaires with students and teachers of EJA. The data were analyzed and disseminated in the form of graphs. We conclude that this theme remains a challenge for local educators, who must try to understand the reasons that lead to dropout, given the multiplicity of causal factors. The school is responsible for encouraging students to continue their studies, guiding them to better adjust to their student, personal and professional needs.

Keywords: Youth and Adult Education. School dropout. President Kennedy-ES.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos alunos	63
Gráfico 2 – Idade dos alunos.....	64
Gráfico 3 – Estado civil.....	64
Gráfico 4 – Localidade	65
Gráfico 5 – Programas de auxílios governamentais.....	66
Gráfico 6 – Atividades desenvolvidas.....	66
Gráfico 7 – Horas trabalhadas.....	67
Gráfico 8 – Salários.....	68
Gráfico 9 – Reprovação	68
Gráfico 10 – Quantidade de reprovação	69
Gráfico 11 – Escolaridade dos pais.....	69
Gráfico 12 – Dificuldades na aprendizagem.....	70
Gráfico 13 – Falta às aulas.....	71
Gráfico 14 – Fatores que impediram a conclusão no período regular.....	71
Gráfico 15 – Disciplina com mais dificuldade	72
Gráfico 16 – Permanência na escola	73
Gráfico 17 – Sexo dos professores	73
Gráfico 18 – Idade dos professores	74
Gráfico 19 – Formação acadêmica dos professores	74
Gráfico 20 – Tempo de serviço	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Escolas-polo	27
Quadro 2 – Educação de Jovens e Adultos 1º Segmento: escala de pontuação	53
Quadro 3 – Tipos de Avaliação	53
Quadro 4 – Educação de Jovens e Adultos 2º Segmento: escala de pontuação	53
Quadro 5 – Tipos de avaliação.....	53
Quadro 6 – Tempo de atuação nas disciplinas na EJA.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição física/2019	59
Tabela 2 – Organização funcional/2019 – Turno matutino	60
Tabela 3 – Organização funcional/2019 – Turno Vespertino	61
Tabela 4 – Organização funcional/2019 – Ensino Fundamental EJA.....	61
Tabela 5 – Organização profissional/2019 – Professores	62

LISTA DE SIGLAS

CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
Confintea	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CNEA	Campanha Nacional do Alfabetismo
CNAED	Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Assistemática
DT	Designação Temporária
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
Fundeb	Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
PAS	Programa Alfabetização Solidária
PBA	Programa Brasil Alfabetizado
Pronera	Programa Nacional na Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 EVASÃO ESCOLAR	21
3 METODOLOGIA	26
3.1 PRESIDENTE KENNEDY: CONTEXTUALIZAÇÃO	29
4 BREVE RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	32
4.1 MOVIMENTOS BRASILEIROS DE ALFABETIZAÇÃO.....	38
4.2 FUNÇÕES DA EJA	46
4.3 A EJA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES	52
5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	59
5.1 O PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DA EJA	86
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES	89
APÊNDICE C – PROJETO DE INTERVENÇÃO	90
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ASSINADA PELA DIREÇÃO ESCOLAR	96

1 INTRODUÇÃO

Hoje, mais do que nunca, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) possibilita ao aluno um processo de ensino e aprendizagem que contribua para a sua inserção no mercado de trabalho, bem como um aprendizado contínuo que desenvolva sua capacidade de equacionar problemas na vida social, atrelado à criatividade para enfrentar o atual contexto histórico que vivemos.

Portanto, a escolha do tema surgiu da minha experiência como docente em designação temporária (DT) como professor do primeiro segmento da EJA (1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas), no Projeto Kennedy Educa Sempre, no início de 2019. Como seria meu segundo contato com essa modalidade de ensino, compreendi, aos poucos, a necessidade que os jovens e os adultos têm em estudar, pois a convivência social vem exigindo cada vez mais a formação escolar.

O primeiro contato com os alunos foi admirável, porque eles tinham um objetivo e tentavam oportunidades que possibilitassem melhores escolhas profissionais e sociais em suas vidas. Apesar do trabalho diário, eles estavam cientes da valorização dos estudos e da importância e dedicação do aprendizado. Os alunos da EJA apresentavam variados perfis: jovens, adultos, trabalhadores da região, mães, pais e pessoas que procuravam buscar o “tempo perdido” nos estudos, para ter uma nova chance de adquirir conhecimento com determinação e esforço, face às necessidades atuais do mercado.

A modalidade de ensino para jovens e adultos se dispõe a atender estudantes maiores de 15 anos que não conseguiram terminar os estudos em idade regular ou que estão em defasagem série e idade, de acordo com a legislação atual. Geralmente o público da EJA é composto por pessoas com problemas econômicos, vítimas de exclusão social, fracasso escolar e baixa autoestima, que os conduzem a abandonar a escola (TEODORO, 2011). Muitas vezes, ao retornar, os alunos deparam com um currículo que não atende as suas necessidades, em razão de diversos fatores, entre os quais a oferta de conteúdos que estão fora da sua realidade e o uso de metodologias inapropriadas para o público em pauta.

A EJA tem toda uma trajetória que vai desde o Período Colonial até a presente data, que retrata um grande contingente de pessoas excluídas do processo educacional em pleno século XXI, quando ainda há muitos jovens e adultos não escolarizados.

Segundo Ferreira (2016), a evasão é a prática de evadir-se, de esquivar ou fugir de algum local. No entanto, podemos afirmar que a evasão escolar é um assunto que afeta todas as modalidades e todos os níveis da educação. Este episódio caracterizado como abandono escolar acontece também em prejuízos para o avanço pessoal e profissional do indivíduo, como a não qualificação e a ausência de oportunidade de empregos.

O acentuado índice de evasão na EJA deu origem a esta pesquisa, cujo tema é *EJA: Evasão Escolar em uma Unidade Municipal de Ensino de Presidente Kennedy/ES – Estudo de Caso*, realizada numa escola da rede municipal de ensino do município de Presidente Kennedy/ES, com o seguinte problema de pesquisa: quais as causas de evasão escolar dos alunos na EJA em uma unidade municipal de ensino de Presidente Kennedy/ES?

O presente estudo tem como objetivo geral identificar os motivos que causam a evasão escolar na EJA. Como objetivos específicos, pretende-se: Descrever o perfil dos estudantes da EJA na unidade de ensino Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo; Relatar os fatores que motivaram os estudantes a abandonarem seus estudos; Apresentar uma proposta de intervenção à Secretaria Municipal de Educação do município a nível de Seminário para abrir discussão acerca do tema, envolvendo toda a comunidade escolar a fim de manter os alunos na escola e tentar resgatar os evadidos.

A metodologia empregada nessa pesquisa, além da pesquisa bibliográfica, que nos traz todo o embasamento teórico, foi estudo de caso, visando desenvolver um estudo amplo e possibilitar conhecimento sobre a temática, o que levou em conta tanto os aspectos positivos quanto negativos, usando como aspecto motivador a evasão escolar na EJA. Como produto ao final da pesquisa, seguem um Projeto de Intervenção contendo um plano de trabalho para ser desenvolvido na EJA e algumas

Estratégias para diminuir a quantidade de alunos evadidos para que os mesmos permaneçam na escola, também com possibilidade de resgatar os evadidos.

Para melhor compreensão, a pesquisa está organizada em capítulos:

Capítulo 1 Introdução – enfoca a temática da pesquisa com uma breve abordagem da EJA, a justificativa, o problema de investigação, os objetivos para o estudo e a metodologia.

Capítulo 2 Referencial Teórico – apresenta a fundamentação teórica, base para o trabalho ser desenvolvido. Nela apresentamos autores que embasaram a escrita e a formulação de conceitos acerca do tema ora estudado. Sendo assim, é importante realizar um levantamento de fontes teóricas segundo as quais são enfatizadas as questões sobre a evasão escolar, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, as Funções da Educação de Jovens e Adultos no município de Presidente Kennedy/ES.

Capítulo 3 Metodologia – discorre sobre o que é o estudo de caso. Serão aplicados aos sujeitos envolvidos alunos e professores da EJA questionários que lhes permitem apresentar sua contribuição para análise dos dados, além da contextualização do município.

Capítulo 4 Breve resgate histórico da Educação no Brasil, além de trazer parte da história da educação brasileira, mostra os movimentos em prol da alfabetização, as funções da EJA e o seu desenvolvimento no município pesquisado.

Capítulo 5 Análise dos dados e apresentação dos resultados – apontam dados coletados na pesquisa, representados em gráficos para melhor compreensão do leitor.

Em seguida, finaliza-se o texto com as Considerações Finais, os Apêndices e o Anexo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente a evasão escolar tem se apresentado como uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro. Pesquisadores e educadores, há algum tempo, discutem o tema, que vem se destacando nos dias atuais como uma questão que está longe de ser resolvida. Para Queiroz (2002), a evasão escolar não é apenas um problema de algumas unidades escolares, mas uma questão nacional que vem ocupando um papel relevante nas discussões no cenário brasileiro, na busca de entender melhor essa questão.

Esse fato se sobressai como ponto para todos os envolvidos, como pais, alunos, professores e instituição de ensino. Apontada como déficit do sistema escolar desde os primeiros estudos sobre essa questão no Brasil, ainda hoje perdura alto índice de evasão.

Souza (2008) declara que a evasão escolar é um dos maiores desafios que existe no sistema educacional brasileiro. A autora analisou os fatores internos e externos que influenciaram a exclusão escolar dos alunos do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos de Sarandi no Paraná (CEEBJA). A pesquisa buscou compreender os fenômenos observados, a partir do ponto de vista de seus frequentadores. No começo da pesquisa, a autora questionou as possíveis causas da evasão/exclusão dos alunos do centro. O abandono/a evasão escolar é um episódio que tira milhares de estudantes da escola, os quais podem se tornar excluídos da sociedade e do mercado de trabalho no futuro. São problemas importantes enfrentados por gestores e educadores e, portanto, pela sociedade. Esses indivíduos que, por um motivo ou outro, se evadem ou abandonam a escola farão parte de um grande conjunto de cidadãos com baixa formação educacional em assumir questões fundamentais da vida em sociedade, seja no âmbito pessoal, seja profissional, seja como cidadão.

Sobre a evasão escolar, Brandão (2004) destaca que é um dos temas relevantes que historicamente fazem parte de debates e reflexões na esfera da educação pública no país, ocupando espaço até hoje no cenário de políticas públicas para a educação nacional. De acordo com a autora, o fenômeno do abandono escolar surgiu nas

últimas décadas do século XXI no Brasil, quando grande parte da população das classes mais baixas tinha acesso às escolas, por ter sido em reivindicação é uma conquista dos trabalhadores.

As altas taxas de evasão na educação de jovens e adultos brasileiros têm sido uma das grandes adversidades enfrentadas pelas redes de educação pública. A fim de compreender o que acontece de evasão, pesquisas sobre o tema constituem um dos maiores problemas analisados na educação, além do que é um fato muito preocupante [...] (ARROYO, 2011).

Autores comprometidos com tal questão declaram, como Verhine e Melo (1988), que existem várias razões pelas quais o aluno não termina o ano letivo, contudo há duas abordagens principais para as causas da evasão escolar: a primeira associa-se a fatores externos à escola, como relações familiares, desigualdades sociais, trabalho, drogas, entre outros; a segunda considera que o fracasso de alunos não completarem o ano letivo diz respeito a fatores internos à própria escola, tais como despreparo de professores e métodos inadequados e poucos motivadores.

Concordamos com tal premissa, uma vez que a escola, pouco atraente, não consegue a permanência dos alunos, uma vez que, na maioria das vezes, é a terceira jornada de compromisso diário dos estudantes da EJA.

Ferreira (2001) salienta que as razões para a evasão são muitas e variadas. Considerando os fatores decisivos para esse fenômeno, o autor categoriza as razões para o abandono escolar da seguinte forma:

Escola: Não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação etc. Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problemas de saúde, gravidez etc. Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação aos destinos dos filhos etc. Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre alunos, violência em relação a gangues etc. (FERREIRA, 2001, p.33).

Para o autor, os motivos para o abandono escolar são simultâneos e não excludentes, o que significa que “[...] a evasão escolar ocorre devido à soma de vários fatores e não necessariamente um especificamente. Encontrar problemas e enfrentá-los é proporcionar aos alunos uma volta efetiva à escola” (FERREIRA, 2001, p. 33).

Na mesma direção que Ferreira (2001), Queiroz (2002) aponta que a evasão escolar não é apenas responsabilidade da escola, mas também da família e das políticas governamentais, uma vez que não cumpre o seu papel como deveria. Para esse autor, a evasão depende, entre outros fatores, da entrada do aluno no crime, da vida familiar conflitante, da má qualidade do ensino, da necessidade de trabalho do aluno para ajudar a família e até para seu próprio sustento.

Há também a falta de motivação pessoal e a ausência de expectativas futuras, pois o fracasso escolar desmotiva principalmente estudantes de baixa renda, que são, na concepção de Azevedo (2013), domésticas, vendedores ambulantes, desempregados, outros sem profissão definida, jovens de lares desajustados, viciados em drogas, dependentes de álcool, prostituição de adolescente, gravidez precoce a que está dentro de um quadro bem elevado e outros fatores externos à escola.

Entendemos, pois, que essas questões devem estar presentes em todo o território nacional. Para Arroyo, o aluno “[...] é responsável pela evasão e, conseqüentemente, pela ignorância e pelos efeitos sociais que lhe acarretará essa sua ignorância ao longo da luta pela sobrevivência” (ARROYO, 2011, p. 21-22).

Por outro lado, Oliveira (2010), ao investigar a evasão escolar de alunos trabalhadores na EJA, constata suas possíveis causas e mostra as estratégias pedagógicas sobre o acontecimento que vai além do ambiente escolar. Concordamos com Arroyo (2011), quando afirma que os estudantes se evadem após uma experiência traumática e depois retornam tentando recuperar o tempo perdido: “[...] voltam à escola noturna para viver uma experiência coletiva que lhes é negada pela cidade e pela rotina despersonalizada, embrutecedora da organização do trabalho” (ARROYO, 2011; p.51).

Cearon (2011) confirma que os alunos, ao se matricularem na EJA, têm a intenção de mudar de emprego, considerada prioridade na concepção deles, porque irão melhorar a qualidade de vida e buscar por um trabalho melhor, pois assim teriam condições de vida mais confortável, conseqüentemente com salário melhor. O contentamento pessoal é outro ponto importante dos alunos quando adultos ao procurarem a escola à noite, pela satisfação individual de ser uma pessoa detentora de estudo. A satisfação

pessoal correlaciona o sonho de estudar desde criança, porém com oportunidade somente na vida adulta.

No entanto, a autora, quando se refere ao futuro, constata também satisfação pessoal condicionada ao futuro, em relação ao desejo de se tornar pessoas melhores e mais respeitadas no espaço em que o aluno está inserido. A vontade de fazer um curso superior e ter um diploma é apontada como metas a serem contemplados na EJA, assim enfatizado:

[...] a necessidade de ter uma formação escolar nos dias de hoje contribuirá para o sujeito participar direta e indiretamente da vida em sociedade, onde envolve a política, economia, cumprimento de direitos e deveres, à cidadania e se não nos tornamos cidadãos participantes os seremos apenas no papel (CEARON, 2011, p. 145).

Freire (2000) considera que a educação das pessoas deve se desenvolver em direção à liberdade, pois, uma vez alfabetizadas, elas se integrarão com mais segurança à sociedade, o que lhes permitirá maior inserção no mercado de trabalho.

Freire (2013) esclarece que a educação escolar na vida humana é essencial, não só pela situação de poder ser alfabetizado, mas também porque escola é um lugar privilegiado em que as pessoas podem melhorar o pensamento reflexivo, possibilitando que pessoas de diversas culturas, ideologias e problemas compartilhem ideias similares e distintas, de maneira que todos possam vislumbrar um novo aprendizado. Há também um olhar sobre os que não passaram pela fase de escolarização no tempo determinado.

A evasão é vista por diferentes olhares e motivos retratados nas pesquisas disponíveis, entretanto Meksenas (2002) fundamenta que a evasão desses alunos se dá porque eles são obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família. Além de esgotados pelo trabalho diário e desmotivados pelo baixo rendimento escolar, muitos adolescentes renunciam aos estudos sem completar o ensino básico.

Considerando que a evasão exclui os alunos da escola, eles também se tornam excluídos socialmente. Estudos de Boneti (2003) evidenciam que, seja qual for, a exclusão compromete o indivíduo no exercício de seu papel de cidadão perante a sociedade.

Os educandos da EJA residem em um mundo escolarizado, burocratizado e industrializado, normalmente trabalhando em funções não qualificadas, ficando excluídos do sistema de ensino, o que implica maior tempo de escolaridade ou até mesmo desistência devido a repetências e interrupções escolares. Por isso, carregam a marca da exclusão social, embora sejam sujeitos pensantes, constituídos pelas memórias e saberes adquiridos ao longo do tempo (OLIVEIRA, M. K., 2007).

Admitimos que a Educação de Jovens e Adultos tem como desafio histórico possibilitar a esses sujeitos a apropriação de novos saberes. Com base nas leituras realizadas a fim de fortalecer a análise desta pesquisa, esclarecemos que a EJA é uma modalidade de ensino destinada aos que não tiveram oportunidade de acesso à escola ou que, por algum motivo, foram impedidas de concluir os seus estudos em tempo normal.

Confrontando com algumas circunstâncias da vida, essas pessoas tiveram interrompida a oportunidade de frequentar a escola em um período considerado “normal” relativamente à idade e retorna, após completar 15 anos com o intuito de ampliar os seus conhecimentos e de mudar o meio de vida social e pessoal, oportunizando a transformação da sua realidade através da educação. Mediante o exposto, verificamos que o tema “evasão escolar” necessita ser analisado para que se apontem razões e possíveis soluções em diferentes aspectos.

2.1 EVASÃO ESCOLAR

A EJA é um segmento da educação que representa um caminho e uma possibilidade de desenvolvimento das pessoas de todas as idades, oportunizando os jovens e adultos a atualizarem seus conhecimentos e demonstrarem as suas habilidades, trocar experiências e, com isso, ter acesso a novas formas de trabalho e cultura, porém a evasão escolar tem se apresentado como uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro. Pesquisadores e educadores, há algum tempo, discutem o tema, que vem se destacando nos dias atuais como uma questão que está longe de ser resolvida. Para Queiroz (2002), a evasão escolar não é apenas um problema de algumas unidades escolares, mas uma questão nacional que vem ocupando um papel

relevante nas discussões no cenário brasileiro. Trata-se de fato relevante para todos os envolvidos, como pais, alunos, professores e instituições.

Souza (2008) salienta que a evasão escolar é um dos maiores desafios que existem no sistema educacional. Cita como exemplos fatores internos e externos que influenciam a exclusão escolar dos alunos do CEEBJA de Sarandi no Paraná. A pesquisa buscou compreender os fenômenos observados, a partir do ponto de vista de seus frequentadores. No começo da pesquisa, a autora questionou as possíveis causas da evasão/exclusão dos alunos do centro.

Assim, nessa mesma linha de pensamento, Queiroz (2002, p. 2) também entende que os fatores internos e externos apontados, tornam-se responsáveis pela dita evasão.

[...] os estudos analisam o fracasso escolar, a partir de duas abordagens diferentes: a primeira, que busca explicações a partir dos fatores externos à escola, e a segunda a partir de fatores internos. Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar são apontados o trabalho, as desigualdades sociais, e a família. E dentre os fatores internos são apontados à própria escola, a linguagem e o professor.

A EJA, além de contribuir para que jovens e adultos construam seus conhecimentos básicos e técnicos, consegue também dar-lhes entusiasmo, interesse pela aprendizagem e desperta neles o desejo de construir o seu currículo, levando em consideração o conhecimento da sua experiência de vida, pois são pessoas que, por inúmeros motivos, não tiveram a oportunidade de frequentar a sala de aula no devido tempo, mas têm responsabilidade, mantêm famílias com profissões diversas.

São inúmeros os fatores que causam a evasão dos jovens e adultos, entre os quais a tentativa de ganhar a vida diária para a sua sobrevivência, baixa frequência na sala de aula ou até mesmo o cansaço do dia a dia quando vão à escola, pois o desalento gera o desânimo. Há também os aspectos emocionais, sociais e psicológicos. Isso depende da situação financeira de cada região do nosso país. Se for uma região muito pobre, o número de pessoas analfabetas e evadidas é maior, quando é uma região mais próspera o percentual tende a diminuir, definindo o nível do analfabetismo.

Entendemos, pois, que essas questões devem estar presentes em todo o território nacional.

Repensar a prática pedagógica e as causas da evasão escolar é pertinente na tentativa de minimizar o índice de alunos evadidos. Assim, deveria ser avaliada e entendida de forma mais ampla pelas políticas públicas, principalmente porque se trata de uma questão preocupante e de um tema significativo para se efetivar um estudo. Com os altos índices de evasão escolar, caracterizada pelo abandono da escola que vem acontecendo desde a década de 1940, tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes de ensino público.

Para Oliveira e Eiterer (2012), o abandono escolar pode ser justificado a partir do instante que o aluno deixa a escola para trabalhar, cujas condições de acesso e segurança são precárias. Abandonam os estudos por acreditarem que a formação que adquirem não se dá de forma considerada importante para eles.

Para compreender os fatores fundamentais para a permanência dos alunos, observamos que algumas condutas, em torno de uma nova organização estrutural e pedagógica, ligada a órgãos competentes, poderiam sanar esse problema. De acordo com a visão de Corrêa (2008), uma nova organização escolar para os adultos é indispensável:

São necessárias, no espaço escolar, uma cultura de acolhimento e uma gestão do cuidado, que permitam ao aluno dizer: aqui é um lugar onde eu me sinto acolhido, onde eu sou escutado, onde eu posso dizer o que penso sobre meu modo de ver o mundo e as relações que o compõem, o espaço escolar deve ser, enfim um lugar onde o sonho acontece, onde o disciplinado é substituído por relações ético-afetivas (CORRÊA, 2008, p.25)

De fato, há de se pensar na interação entre professor e aluno. O aluno precisa ser estimulado e encorajado por seu professor no processo de aprendizagem, sendo que uma das causas mais comuns da evasão é o relacionamento professor/aluno. O bom relacionamento entre ambos auxilia o professor na sua prática pedagógica e propicia a compreensão do aluno na sua aprendizagem.

Assim, Borges (2010) destaca que a evasão escolar pode diminuir se houver formação para o docente, que é indispensável estar com a ideia pautada no construtivismo e na educação popular, em que o indivíduo contribui efetivamente para o processo, construindo seu próprio conhecimento a fim de compreender o mundo e ser compreendido pelas pessoas. Enfatizamos que a educação popular foi apresentada

por Paulo Freire a partir da década de 1960, no entanto até hoje as escolas da EJA apontam grandes atributos do ensino formal/tradicional que subestimam o conhecimento da vida do jovem e do adulto. No entanto, para Borges (2010), o professor tem que estreitar laços com o aluno, da mesma forma com o ensino de acordo com vivências e reais obrigações, colaborando para reduzir o abandono escolar.

A Educação de Jovens e Adultos é constituída por indivíduos, que possuem uma vasta experiência de vida, tanto positiva quanto negativa. Dessa forma, eles agregam ao ambiente escolar o que eles jamais deveriam ter feito ou o que realizaram de melhor, compartilhando suas experiências (MAGALHÃES, 2013).

Diversos fatores colaboram para que esse abandono aconteça. Os motivos argumentados pelos pais ou responsáveis e pelos próprios alunos são a distância entre a escola e as suas casas, a falta de interesse, a dificuldade em assimilar os conhecimentos básicos, a necessidade de um vínculo empregatício ou o retardo em sua aprendizagem (CERATTI, 2008).

Segundo Gadotti (2017), a EJA tem o intuito de reparar e equilibrar as diferenças e os desajustes sociais existentes, facilitando o direito à igualdade de acesso e permanência dos alunos na escola, assegurando assim que ingressem no mercado de trabalho.

Freire (2015) evidencia o quanto é importante a formação continuada para ambos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, em que o aprendizado vai estar presente em toda etapa da vida, reforçando que estamos em constante aprendizado. Esse educador inclusive critica o ensino tradicional e sugere que esse processo seja fundamentado em pedagogia São trabalhadores que participam visivelmente da garantia de sobrevivência do grupo familiar a que pertencem.

O importante na educação são as tentativas de inovar, criar e recriar. O importante é batalhar por mudanças, procurando a todo o momento aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, enfim, o ato de ensinar não acontece mediante as situações prontas, fechadas e definitivas, ele pode acontecer em um processo de ensino-

aprendizagem de reflexão contínua e perante as várias possibilidades de ensinar e aprender. Com relação a esse assunto, André esclarece:

Se o arranjo habitual no espaço de sala de aula não funciona com esses alunos, se os livros e materiais didáticos não são adequados para eles, se, enfim, as atividades planejadas não os motivam, e preciso modificá-las incentivar novas formas e experimentar assumir o risco de errar e dispor a corrigir. Diferenciar é sobretudo aceitar o desafio de que não existem receitas prontas, nem soluções únicas; é aceitar as incertezas, a flexibilidade, a abertura das pedagogias ativas que em grande parte são construídas na ação cotidiana (ANDRÉ, 2012, p. 22).

É imprescindível que o professor esteja preparado para atender o aluno, incentivando e conciliando o seu conhecimento pedagógico para atender as classes envolvidas. Portanto, é necessário um trabalho em conjunto, um contribuindo com outro no processo metodológico, colaborando primeiramente para resolver as dificuldades do aluno a fim de que eles conquistem sua independência. Borges (2010) reafirma essa convicção:

A nossa proposta pedagógica se pauta no diálogo, no questionamento, na compreensão da realidade que nos cerca e na busca de novas propostas coletivas de mudanças, pois o aprender é considerado como uma interação dialética entre o homem e o mundo, e o conhecimento é visto como uma construção social. Estes eixos acabam por imprimir a lógica da precedência da leitura do mundo sobre a leitura e tem a Educação como parceria de outras ciências na busca da transformação da realidade, a partir ação de sujeitos epistêmicos e históricos (BORGES, 2010, p. 99).

Para Magalhães (2013), diversos casos de abandono escolar estão correlacionados a elementos que influenciaram por toda a infância: a escola localizava-se longe ou porque tinham que trabalhar.

A EJA constitui-se de uma modalidade de ensino amplamente inclusiva, assegurando direito à educação para todos os cidadãos que não conseguiram concluir em idade certa sua escolarização ou não tiveram oportunidade, viabilizando assim oportunidades educacionais a todos que procuram (BRASIL, 1988, p. 43).

O professor da EJA, sendo um conhecedor da realidade dos seus discentes, insere metas para que haja uma aprendizagem significativa e colabora para superar os problemas, visando sempre seus ideais. Dessa forma, o aluno passa a depositar maior confiança no professor, o que contribui para sua presença na escola. Pode haver uma relação de cumplicidades entre educador e educando.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa refere-se à Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no município de Presidente Kennedy/ES, cuja pesquisa foi realizada no mês de novembro de 2019. A sua construção metodológica é o passo norteador da escolha do caminho que foi percorrido ao longo desse processo.

Portanto, este capítulo vem apresentar a metodologia adotada — o estudo de caso — que possibilitou a realização da pesquisa, contribuindo para alcançar os objetivos propostos. Nesse contexto, faremos uma apresentação, seguida de explanação sobre a abordagem da pesquisa, bem como o detalhamento de suas etapas, local e os atores envolvidos, os instrumentos utilizados para a coleta das informações e posteriormente a análise dos dados.

O estudo de caso se caracteriza como uma pesquisa de campo de caráter exploratório. Possui uma abordagem qualitativa que permite um processo investigativo acerca do problema, incluindo questionamentos sobre a EJA. Diante desse levantamento, analisaremos artigos científicos, livros, revistas eletrônicas e dissertações de mestrado, proporcionando um aprofundamento melhor sobre o tema. Segundo Gil (2017), os estudos de caso requerem a utilização de fontes documentais, entrevistas e observações. Em função disso, para estruturá-la, foi realizada coleta de dados em documentação da escola pesquisada, além de observação do público-alvo e entrevistas feitas com os professores que colaboraram na investigação.

Assim, este estudo de caso partiu da seguinte problemática inicial: quais as causas de evasão escolar dos alunos na EJA em uma unidade municipal de ensino de Presidente Kennedy/ES?

Por essa razão, adotamos uma abordagem em que o pesquisador apresenta um olhar mais reflexivo sobre a investigação, como declara Bogdam e Bilklen (2013):

Os dados recolhidos são [...] ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas e de complexo tratamento estatístico. As questões a se investigar não estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com objetivo de investigar os

fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural (BOGDAN, BILKELEN, 2013, p. 16).

A realização desta pesquisa teve “[...] como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2017, p. 26). A pesquisa bibliográfica foi estruturada a partir de vários estudos de referenciais de diversos autores que abordam a evasão escolar dos alunos da EJA, o que muito contribuiu para o embasamento de todo estudo que compôs a pesquisa.

Sendo assim, para entendermos melhor o objeto da pesquisa, será necessário conhecer a trajetória da EJA no Brasil até chegarmos à legalização desse ensino, com fundamentos de vários teóricos, tais como Ana Maria Oliveira Galvão (2013), Maria Clara Di Pierro (2013), Sergio Haddad (2007a, 2007b), Leôncio José Gomes Soares (2011), Moacir Gadotti (2017) e a participação do Movimento de Paulo Freire, entre outros.

Para representar o local desta pesquisa, entre as três escolas-polo que o município possui — as EMEIF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, São Salvador e Vilmo Ornelas Sarlo, foi selecionada a EMEIF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, unidade localizada em Jaqueira, na zona rural, pois concentra maior número de professores em atuação e a maior quantidade de alunos matriculados. Assim, os participantes foram todos os alunos professores da EJA da 1ª a 8ª etapa do turno noturno, totalizando 54 alunos e dez professores, de acordo com o demonstrado na Quadro 1.

Quadro 1 – Escolas-polo no ano de 2019

ESCOLA	Nº DE ALUNOS MATRICULADOS	Nº DE ALUNOS EVADIDOS
EMEIF. de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”	54	17
EMEIF São Salvador	30	10
EMEIF Vilmo Ornelas Sarlo	46	20

Fonte: Elaboração da autora (2019).

A escolha por essa unidade se deu pela proximidade de moradia da pesquisadora e de ter maior acesso, além de possuir a maior quantidade de alunos matriculados na EJA, possibilitando obter dados importantes e substanciais que representam a

realidade pesquisada. Os participantes da pesquisa têm, de forma ética, as suas identidades preservadas.

Por se tratar de um estudo de caso, que busca “[...] descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (GIL, 2017, p. 34), foram realizadas visitas à escola no período de julho a novembro de 2019. Com a coleta de dados, sucedeu-se posteriormente a análise por meio das respostas apresentadas nos questionários e interpretadas por meio de gráficos.

Para tal, solicitamos autorização expedida pela Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus/ES, direcionada à Secretaria de Educação Municipal de Educação para concretização dessa pesquisa em uma das escolas da rede pública municipal e também foi expedida outra para a direção da referida escola pesquisada, detalhando os seus objetivos da pesquisa e como seria executada.

Inicialmente partindo para o campo de pesquisa, foi produzido, em conjunto com a secretaria de uma das escolas-polo, um levantamento de dados do quantitativo de alunos e professores da EJA.

Para a coleta de dados, foi usado na pesquisa um questionário com questões abertas e fechadas, aplicados a 54 alunos e a 10 professores, que teve como objetivo levantar dados que motivaram os estudantes a abandonarem seus estudos. Conforme Lakatos e Marconi (2011, p. 86), “[...] o questionário é uma coleta de dados composto por uma série de perguntas ordenadas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador”. Na possibilidade, também entrevistamos alguns atores que fazem parte desse processo, por meio de entrevistas semiestruturadas, contendo como base um roteiro com questões objetivas e subjetivas, elaboradas a partir dos objetivos da pesquisa. Seguindo os conceitos de Gil (2017), foi realizada “entrevista aberta”, com questões e sequência predeterminadas, mas dando ampla liberdade para responderem.

Vale ressaltar que os participantes concordaram em serem entrevistados pela pesquisadora, conforme local e duração previamente ajustados. Eles foram informados que tinham a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou

pergunta, assim como o direito de recusar, a qualquer tempo, a participação na pesquisa, interrompendo sua colaboração, temporária ou definitivamente. Todos tomaram ciência de que suas respostas são divulgadas nesta dissertação, tendo seus nomes e dados pessoais mantidos em sigilo pela pesquisadora.

Nesse contexto, o município de Presidente Kennedy/ES é o elemento de amostragem e estudo da pesquisa. Ele está situado no estado do Espírito Santo, fica localizado no sul, aproximadamente a 159 km de Vitória, capital do estado. Está integrado na Microrregião Itapemirim do Espírito Santo e Mesorregião Sul Espírito-Santense. Limita-se ao norte com o município de Itapemirim, ao sul com o Rio de Janeiro, a leste com o oceano Atlântico e oeste com os municípios de Atilio Vivacqua e Mimoso do Sul (HISTÓRIA..., acesso em 6 maio 2019).

3.1 PRESIDENTE KENNEDY: CONTEXTUALIZAÇÃO

O município de Presidente Kennedy/ES preserva o marco de seu nascimento, a Igreja de Nossa Senhora das Neves, construída em meados do século XVII, pelo padre jesuíta André de Almeida. O jesuíta fomentou uma das maiores fazendas do país da época, a Fazenda Muribeca, legalizada em 1702, por meio de doação de terras. Sob a Lei nº 1918, de 30 de dezembro de 1963, desmembrava-se o distrito de Batalha do município de Itapemirim e consolidava-se sua emancipação em 4 de abril de 1964, possibilitando a autonomia municipal e tornando-se um município autônomo, cuja denominação foi escolhida com o intuito de homenagear o presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, que havia sido assassinado no final do ano anterior (1963).

A cidade não possui distritos e tem a população distribuída em 26 comunidades rurais, sendo as principais: Jaqueira, São Salvador, Santo Eduardo, São Paulo, Santa Lúcia e Mineirinho. Com uma orla de 16 km de extensão, as praias mais conhecidas são Praia de Marobá e Praia das Neves. Tem a população estimada em aproximadamente 11.742 habitantes (HISTÓRIA..., acesso em 6 julho de 2019). Dessa forma, o município apresenta uma área de 583,933 km² (HISTÓRIA..., acesso em 6 maio 2019) e é considerada a cidade menos populosa do Espírito Santo, no entanto, com a maior renda per capita (PIB) de R\$: 513.134.20 (HISTÓRIA..., acesso em 6 maio 2019), grande parte em decorrência das explorações do petróleo em alto mar, a chamada

camada pré-sal. Entretanto, uma característica peculiar no município continua sendo a pobreza e a desigualdade social.

A rede municipal de educação do município de Presidente Kennedy/ES é composta por 18 (dezoito) unidades escolares de Ensino Fundamental, sendo 17 localizadas na zona rural e uma na zona urbana; quatro Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), sendo uma escola na zona urbana e três na zona rural.

Vale destacar que o município de Presidente Kennedy possui maior Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do país, em virtude do repasse dos recursos dos *royalties*, porém sua economia é baseada na pecuária, no cultivo de mandioca, maracujá, cana-de-açúcar, leite, mamão e na exploração de petróleo. A agricultura é responsável por cerca de 70% da arrecadação do município.

Em virtude dos *royalties*, a prefeitura de Presidente Kennedy possui hoje mais de R\$ 1 bilhão em caixa e uma enorme capacidade de investimento. Por isso, a municipalidade busca ferramentas para criar alternativas econômicas, atraindo novas empresas, gerando mais emprego e renda.

Uma das ações da prefeitura foi o investimento no Fundo do Desenvolvimento do Espírito Santo, o Fundesul, fazendo um aporte de R\$ 50 milhões, para abertura de linhas de créditos para quem deseja ampliar ou abrir um novo negócio no município.¹(PMPK, 2019)

O município hoje enfrenta desafios, entre os quais fomentar a criação de polos industriais, mas é o maior produtor de leite do estado do Espírito Santo, com destaque para a região oeste.

Em relação à cultura, Presidente Kennedy possui um conjunto histórico, constituído pela Comunidade de Cacimbinha, com visitas de acesso gratuito e sem autorização prévia, e pela comunidade quilombola, que possui o "Jongo" como manifestação popular, cujo maior fluxo de visita ocorre no verão. Possui ainda comunidades tradicionais que guardam os costumes e as tradições, como Folgado do Jongo, as Farinheiras, as construções em estuque ou pau-a-pique ou de tapa de soprado.

¹ Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>. Acesso em: 7 fev. 2020.

Destacam-se também, na cultura do município, os artesanatos produzidos com materiais diversos, sendo que sua grande parte utiliza matéria-prima disponível na natureza, como fibras naturais de madeira, das quais são produzidos móveis artesanais, esculturas e objetos decorativos; cipó em produção de cestos; fibra de coco em luminárias, bijuterias e outros objetos; conchas em bijuterias e objetos decorativos.

Além disso, o município tem os artesanatos típicos: cestarias, balaies, tipitis, peneiras, conchas, que são feitos com conchas, prata, madeira, linhas, miçangas, corais, coco, ouro, tecidos e outros.

Vale ressaltar que, em relação a músicas e danças, Presidente Kennedy se destaca com os folguedos, como a Folia de Reis, que ocorre no ciclo natalício de 24 de dezembro a 20 de janeiro.

A Folia dos Santos Reis é proveniente de uma tradição europeia antiga, disseminada em países de tradição católica. Chegou ao Brasil pelos portugueses. É composta por 14 componentes chamados: o mestre da folia, os dois palhaços e os tocadores.

Vale ressaltar que o Jongo ocorre no período de 13 de maio e festas juninas. É uma dança de origem africana, do povo oriundo de Angola, que tem a participação de homens e mulheres, em que o canto tem o papel fundamental e é associado aos instrumentos musicais e à dança.

4 BREVE RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação no Brasil tem toda uma trajetória que se iniciou em 1532 no processo de colonização, quando chegaram os padres jesuítas, que iniciaram o trabalho de catequização dos índios adultos e adolescentes. Por sua vez, a Educação de Jovens e Adultos começou oficialmente quando se estruturou o sistema público de ensino no país por volta do século XVI, sob a ordenação do rei de Portugal que pretendia instruir os índios habitantes nativos da terra, ensinando os dogmas religiosos da Igreja Católica, com o objetivo de torná-los dóceis e submissos. Oliveira e Paula (2012, p.70) afirmam:

A educação de jovens e adultos (EJA) tem sua história muito mais tensa do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e se cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos. O tema nos remete à memória das últimas quatro décadas e nos chama para o presente: a realidade dos jovens e adultos excluídos.

Os jesuítas chegaram ao Brasil com dois objetivos: a propagação da fé católica e o trabalho educativo. Por intermédio da catequese foram abrindo caminhos para a entrada dos colonizadores. Enquanto ensinavam as primeiras letras também ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus. Então conseguimos constatar que a educação de jovens e adultos não é recente, visto que, de forma indireta, foi aplicada desde que o Brasil era colônia. Embora os jesuítas priorizassem a ação com crianças, os índios adultos também foram obrigados a uma exorbitante ação cultural e educacional (STEPHANOU; BASTOS, 2005).

A princípio, os materiais pedagógicos escritos foram criados como mecanismos para implantar a catequese com base na oralidade da leitura, abrangendo regulamentos com escritas da religião católica, ensinamentos dos indígenas, evidenciando a gramática da língua tupi e os catecismos. Nessa etapa, a linguagem dos índios já era compreendida pelos jesuítas, capazes de impor-lhes ordens e a ameaça de que a sua desobediência provocaria o castigo de Deus.

Posteriormente, em 1727, as autoridades portuguesas passaram a exigir o uso exclusivo da língua portuguesa, proibindo a língua tupi nos espaços educacionais. Logo após, sucedeu a catequização dos escravos, porém foi verificada uma redução

na experiência educacional realizada por mulheres adultas. No final do período colonial, havia um número pequeno que compreendia a leitura e a escrita (GALVÃO; SOARES, 2007). Com o propósito de propagar o catolicismo, os jesuítas dominaram a educação durante os períodos da Colônia e do Império. Com o domínio, eles compactuavam os interesses do regime político que visava à manutenção da ordem.

Com a criação da Companhia de Jesus, deu-se a implantação de escolas para atender a população da colônia brasileira, porém o acesso ao conhecimento era somente para os filhos da elite. A classe pobre era desfavorecida do conhecimento por parte daqueles que detinham o poder, pois não havia interesse em letrar a população dominada. Desse modo,

[...] a educação brasileira teve seu início a partir da vinda dos jesuítas para o Brasil, cujo interesse era difundir o catolicismo pelo mundo, iniciado aqui a partir da catequização dos povos indígenas. A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (GHIRALDELLI JR., 2015, p.24).

Vale destacar que o século XVIII, na política religiosa nacional, é totalmente dominado, sob a influência das Luzes e do Despotismo, encarnados no Marquês de Pombal com a intervenção direta do Estado em matéria religiosa, diminuindo os poderes do papa, ocorrendo perseguição e expulsão dos Jesuítas. Os jesuítas constituíam a congregação religiosa com grande ascendente a todos os níveis no nosso país, principalmente depois da Restauração de 1640, o que despertou a desconfianças dos políticos e fomentou rivalidades de outras ordens religiosas e do clero secular.

Estavam assim criadas as condições para a antipatia pombalina para com estes religiosos. Para Pombal, a Companhia seria um "espinho" na condução da sua política governamental. Conhecida já uma sua faceta mais cruel e dura com a matança dos Távoras e as execuções no Porto (motins), adivinhava-se uma perseguição incansável aos Jesuítas.²

Portanto, ao expulsar os jesuítas do ensino, o Marquês de Pombal estatizou a educação, implantando o sistema de aulas régias totalmente voltado para os Estudos

² Expulsão dos Jesuítas. *In*: Artigos de apoio Infopédia [Online]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. [consult. 2020-01-18 04:14:36]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$expulsao-dos-jesuitas](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$expulsao-dos-jesuitas). Acesso em: 5 fev. 2020.

das Humanidades e os Estudos das Primeiras Letras, que iniciou em 1759 na ordem régia numa estrutura a ser observada pelos professores. Silva (2004, p.23) salienta:

Os Estudos das primeiras letras foi alvo da preocupação de Pombal em contato direto com a necessidade de divulgar o uso da língua portuguesa a todos os índios das terras que pertenciam a sua administração. Para bem governar, um dos princípios básicos é a unidade da língua. Luiz Carlos Villalta nos informa que no Brasil eram línguas que existiam e nessa torre de babel teria sido a língua portuguesa a que conseguiu, por meio de muita imposição e taxação, ser o idioma mais utilizado e aos poucos interiorizado pela população.

O ensino oficial da língua portuguesa já estava em uma ordem de 1770 e a ordem dos estudos das primeiras letras se deu no ano de 1772, antes da expulsão dos jesuítas. Em 1751, houve a política dos Diretórios, implantada para difundir a língua portuguesa entre os índios de todas as partes do Brasil.

O sistema de Aulas Régias estabelecia uma relação direta da Coroa com os mestres e professores que iriam ensinar as letras, todavia, se antes eram os pais e outras rendas que poderiam pagar estes profissionais, no ano de 1772, em novembro, Pombal decide que seria necessário um imposto único para a educação. O objetivo era padronizar os pagamentos e fazer com que todo o sistema das aulas fosse efetivado (SILVA, 2004, p. 24).

Em 1772; sob a tutela do Marquês de Pombal, ocorreu a criação do Subsídio Literário, que era um imposto único criado para custear as reformas no campo, substituindo todas as coletas da época com a instituição da Junta do Subsídio Literário, que consistia no pagamento de um real por cada canada de vinho, de 140 réis por cada canada de aguardente, de 160 réis por cada pipa de vinagre. Ele era dirigido pelo presidente da Real Mesa Censória, cuja gestão de cobrança era entregue a uma Junta Central para o pagamento dos professores a cargo da administração central. No entanto, esse subsídio foi extinto em 15 de abril de 1857, por um decreto de D. Pedro. Silva assim explana (2004, p.26):

O Subsídio Literário era cobrado sobre a produção de vinho, aguardente e vinagre e no Ultramar, foi vinculado à produção de aguardente e da carne. Para a cobrança do imposto nas terras do Brasil ficou sendo responsáveis as Juntas da Real Fazenda instaladas em algumas capitanias. A Real Junta da Fazenda de Minas foi estabelecida no ano de 1765, passando a atuar administrativamente em 1771: (...) pela primeira vez que um órgão colonial, sob a presidência de um governador que limitava e apreciava a participação local, tornava-se o único responsável pela tesouraria regional e por todas as despesas e arrecadações, salvo o quinto real.

Em 1759, as novas diretrizes econômicas e as políticas portuguesas expulsaram os jesuítas do Brasil, por determinação do Marquês de Pombal, uma vez que eles adquiriram, com o passar do tempo, significativo poder econômico.³

Portanto, Strelhow (2010) esclarece que, com a retirada dos jesuítas, a educação adulta aqui instituída passou a sofrer uma crise, ficando sob a responsabilidade do Império a organização da educação.

A partir desse momento, a educação no Brasil foi marcada pelo elitismo. As aulas eram designadas especialmente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e do sexo masculino), eliminando os negros, os índios e as mulheres.

Sendo assim, a história da educação brasileira foi monopolizada pelas classes dominantes do conhecimento formal (AGUIAR, 2001).

Em 25 de março de 1824, a Carta Magna, art. 179, parágrafo XXXII, garante a "[...] instrução primária é gratuita para todos os cidadãos", porém negros, índios e mulheres não tinham direito a ingressar em uma instituição escolar, agravando a questão da exclusão social.

O movimento educativo organizado pelos missionários prolongou-se durante todo o processo de povoamento no Brasil no período colonial e, nos meados do século XIX, no ano de 1824, surgiram as primeiras preocupações para o desenvolvimento de uma educação elementar e gratuita para todos os cidadãos, tendo um resultado positivo mínimo, em virtude da concepção da época de que somente os homens e a elite tinham direito à educação.

Para garantir a inclusão primária e gratuita a todos os cidadãos, inclusive os adultos, a Constituição de 1824 teve influência da união europeia, porém isso não passou de uma intenção legal, porque muito pouco ou quase nada foi efetivado no período colonial para que sucedesse a inserção de uma escola de qualidade para que todos os cidadãos fossem atendidos. Com o desenrolar da história, o ensino avançou

³ Cf. nota de rodapé 2.

vagorosamente para que se tornasse um direito constitucional. Nesse período, a educação continuava restrita à elite. Rodrigues (2011, p.13) explica:

Antes dessa iniciativa do Império, a Carta Magna de 25 de março de 1824 garante, em seu Artigo 179, Parágrafo XXXII, que a "instrução primária é gratuita para todos os cidadãos. Porém, essa instrução era vedada aos escravos, as mulheres, e não eram obrigatórios, fatos que dão o tom do que era concebido como cidadania naquele tempo.

De acordo com a história, no decorrer de todo o período imperial, nas assembleias provinciais, discutia-se sobre como se dariam os processos de inserção das classes inferiores, composta por homens e mulheres pobres livres, bem como por negros escravos livres e libertos da sociedade nos processos formais de instrução. Assim, em 1834, o Ato Adicional delegou às províncias a responsabilidade da educação básica e ao governo imperial foram reservados os direitos sobre a educação das elites nessa estrutura, sendo que o Colégio Pedro II seria o modelo sob a responsabilidade do poder central.

Com a Proclamação da República em 1889, o ensino popular foi mantido perante a responsabilidade das antigas províncias que mais tarde foram transformadas em estados. A União teve um papel provedor nessas atividades, pois assumiu maior presença no ensino. Em conformidade com a nova constituição republicana, os adultos analfabetos não teriam participação ao voto, sendo que, nesse período, a maioria da população adulta era iletrada.

Com a escolarização do país, em estado precário, em comparação a outros países da América Latina e da Europa, as autoridades brasileiras começavam a se preocupar com a educação da população. Na verdade, havia um interesse político, para aumentar a quantidade de eleitor. No entanto, a nobreza já havia se adiantado no sentido constitucional de reconhecer o direito à educação para todos e agora com esse direito unido a um dever que cada brasileiro assumiria diante a sociedade (HADDAD, 2007).

Os anos foram passando e alguns avanços foram acontecendo. Em 13 de janeiro de 1925, o Decreto nº 16.782/A, conhecido como Lei Rocha Vaz ou ainda como Reforma João Alves, abordou a criação de escolas noturnas. De acordo com seu art. 27, "Poderão ser criadas escolas noturnas, do mesmo caráter, para adultos, obedecendo

às mesmas condições do Art. 25" (Parecer 11/2000). Esse Decreto, na década de 1920, era a voz dos muitos movimentos sociais e civis da época que visavam à erradicação do analfabetismo, isto é, anomalia social denominada de "mal nacional" e de "uma chaga social".

A história nos conta que, na primeira república, houve o aparecimento de grandes reformas educacionais com preocupações com o ensino básico no Brasil, que ainda era precário. Prosseguindo, no século XX, na década de 1930, houve muitas reivindicações para se estender o ensino público para todos os cidadãos, independentemente da sua classe social ou idade; ocorrendo manifestações direcionadas à Educação de Jovens e Adultos.

A Constituição de 1934 determinou a reformulação dos aspectos educacionais. No art. 150 declara pela primeira vez, em escala nacional, uma educação democrática, devendo ser administrada pelas instituições familiares e pelos governantes do nosso país.

Vários foram os fatores que contribuíram para a promoção da educação gratuita para todos os cidadãos, entre os quais podemos destacar a situação política, econômica do país e a sua ascensão industrial, não havendo mais espaço para a mão de obra analfabeta. Além disso, era negado ao analfabeto o direito de votar.

Fundamentada na Constituição de 1934, do ponto de vista educacional, propôs-se um Plano Nacional de Educação, instituído, coordenado e fiscalizado pelo governo federal, estabelecendo de forma clara as esferas de competência da União, dos estados e municípios em matéria educacional, vinculando na constituição uma receita para a preservação e desenvolvimento do ensino. Através das diretrizes foi estabelecida a educação primária integral gratuita e de frequência obrigatória para todos, incluindo o ensino supletivo para adolescentes e adultos. A Carta Magna de 1934, no art. 150, alínea a, garante o "[...] ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos."

Em 1945, ocorreu no Brasil o fim da ditadura de Getúlio Vargas, dando a esperança ao país de uma redemocratização, pois se tornava urgente o aumento das bases

eleitorais para assim sustentar o governo central, integrando as massas populacionais de imigração recente, e também incrementar a produção. Isso exigia uma instrução mínima à população. Nesse contexto, Rodrigues (2011, p.15) afirma:

A partir da década de 1940, então, é que se observam os elevados índices de analfabetismo no Brasil. É nesse período que a Educação de Jovens e Adultos toma forma de Campanha Nacional de Massa. Mais precisamente, no ano de 1947, o governo lança a Primeira Campanha de Educação de Adultos [...].

Após estudos e discussões pertinentes ao tema da presente pesquisa, devemos considerar que a grande maioria dos alunos da EJA apresenta uma história escolar de insucesso, que os designa como excluídos do sistema escolar, mas que são portadores de conhecimentos obtidos no contexto cultural e social a que pertencem. É nesta perspectiva, que a Educação de Jovens e Adultos deve se concretizar, tendo como ponto de partida o conhecimento de mundo do aluno, que veremos a partir dos movimentos em prol da alfabetização no Brasil.

4.1 MOVIMENTOS BRASILEIROS DE ALFABETIZAÇÃO

Foi no ano de 1947 que o governo lançou a Primeira Campanha de Educação de Adultos, em que propunha a alfabetização dos adultos em três meses, ofertava curso primário em duas etapas de sete meses, capacitação profissional e desenvolvimento comunitário, visando conciliar quantidade com a qualidade e a continuidade do ensino. De acordo com Santos (2014, p. 14), em 1947

[...] foi lançado um projeto nacional chamado Campanha de Educação de Adultos, idealizado por Lourenço Filho, inspirado no método Laubach, que se fundamentava nos estudos de psicologia experimental realizados nos Estados Unidos nas décadas de 1920 e 1930.

A modalidade EJA, ao longo da história, passou por inúmeras alterações, ocorridas em três períodos principais, um deles de 1946 a 1958 com campanhas para cessar o analfabetismo, chamado de “Cruzadas”. Santos (2014, p.13) enfatiza:

Ainda nessa década, percebe-se que o analfabetismo era visto como um dos fatores responsáveis por impedir o desenvolvimento econômico e por isso deveria ser combatido a todo custo, a solução estaria na aposta das campanhas de erradicação. O processo de urbanização e industrialização exigia a ampliação da Educação para Adolescentes e Adultos. Nesse momento, interesses de ordem econômica aliados a uma política nacional de desenvolvimento levam o país a se preocupar com a EJA.

Vale ressaltar que, do ano de 1958 até 1961, houve a Campanha Nacional do Analfabetismo (CNEA) e, também em 1958, ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em que o grande estudioso Paulo Freire destacou-se como maior expressão do cenário progressista da educação, resultando no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, sendo extinto pelo golpe de 1964.

Entre 1961 e 1963 foi o período caracterizado de grande cunho político e cultural pelo ambiente de reformas pelo governo, pela organização e mobilização popular em nível nacional. Em 1966, o governo criou o Plano Complementar ao Plano Nacional de Educação e a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Assistemática (CNAED), cujo objetivo era auxiliar financeiramente a EJA nas suas ações e fazer o controle ideológico.

No ano de 1964 o golpe militar encerrou a Campanha Nacional de Alfabetização, influenciada nas propostas de Paulo Freire em formar cidadãos conscientes da cidadania com a intenção de transformar a realidade social e libertá-los do poder opressor. O governo militar acabou descobrindo a intenção das campanhas e os movimentos de educação e cultura foram coibidos, com os fundadores perseguidos e Paulo Freire exilado por catorze anos.

Após 1960 surge uma nova referência na Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire, cuja pedagogia estava voltada para a Educação Popular, onde articulava ação política e educação da população, representados por grupos de intelectuais, estudantes, pessoas ligadas à igreja católica e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nessa concepção alfabetização era vista como ato de conhecimento, ato criador, ato político. (SANTOS, 2014, p. 18).

Posteriormente ao golpe militar, o Estado voltou a assumir o papel de criar iniciativas levando em consideração as questões econômicas e criou-se então uma nova proposta de educação — o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) —, constituído pela Lei nº 5.379, de dezembro de 1967, tendo em vista o equilíbrio da população e a redução das estatísticas de escolarização no país.

Em 15 de dezembro de 1967 é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) pela Lei 5.379. Fiel ao seu assistencialismo e conservadorismo, o Governo, com o MOBRAL, assume o controle da alfabetização de adultos. Atendendo um público entre 15 a 30 anos, é oferecida uma alfabetização funcional apropriação de técnicas básicas de leitura, escrita e cálculo (RODRIGUES, 2011, p. 11).

O Mobral tinha o propósito de alfabetizar adolescentes e adultos em um curto período. Desse modo, o país poderia cessar o analfabetismo e se sobressair perante o fracasso de vários programas anteriores. Pretendia alfabetizar a população entre 15 e 35 anos, definida pela faixa etária de pessoas que atenderia a mão-de-obra ofertada pelo mercado. Dessa forma, frisamos que o desenvolvimento econômico e a alfabetização de adultos foram planejados através do Mobral. Em seu Documento Básico, a prioridade do atendimento deveria ser dada à população urbana, pois

[...] é a população urbana que mais padece de carências educacionais, dada a complexidade da vida moderna e o sentido altamente competitivo da sociedade industrial, os adultos e adolescentes alfabetizadores são elementos importantes na produtividade do sistema econômico (BRASIL, 1973, p. 13).

Por outro lado, o MOBREAL tinha como objetivo formar sujeitos trabalhadores que contribuíssem com o progresso do país. Sendo assim, a finalidade do Mobral não era formar sujeitos atuantes e transformadores da sociedade da política, da cultura etc., mas pessoas que tivessem condições educacionais mínimas para produzir. O referido movimento não se preocupava com o conhecimento dos docentes, por isso recrutava alfabetizadores sem muito requisito, ou seja, qualquer pessoa poderia atuar como docente desde que soubesse ler e escrever. Segundo Galvão e Soares (2004, p. 45), o Mobral convocava moradores para ser componente do programa: “você realmente é responsável, portanto, me ensine a escrever, eu disponho da minha mão domável, eu sinto a sede do saber”.

Por volta de 1969, o Mobral se distanciou das propostas pedagógicas e passou a ser analisado como questão técnica. A proposta curricular do 1º segmento da educação de jovens e adultos consistia:

As orientações metodológicas e os materiais didáticos do Mobral reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências de inícios dos anos 60, mas esvaziando-os de todo sentido crítico e problematizado. Propunha-se a alfabetização a partir de palavras chaves retirada da “vida simples do povo”, mas as mensagens a elas associadas apelavam sempre ao esforço individual dos adultos analfabetos para integração nos benefícios de uma sociedade moderna, pintada de cor-de-rosa (ANDRADE, 2008, p. 24).

Após denúncias sobre a aplicação e a utilização dos recursos financeiros e a propagação de alterados índices de analfabetismo, o Mobral passou ser criticado “[...] pedagogicamente por não certificar a frequência dos estudos, fazendo com que

muitos adultos alfabetizados esquecessem a leitura e a escrita”. (GALVÃO; SOARES, 2007, p. 46).

O Mobral apresentava-se com professores despreparados, fazendo com que os estudantes não progredissem na alfabetização. Portanto, em 1985, com o encerramento da ditadura militar, o Mobral foi extinto, surgindo a Fundação Educar, com ações diretas e determinada a alfabetizar.

A Fundação Educar fazia parte do Ministério da Educação e se diferenciava do Mobral, pois desempenhava um papel de acompanhamento de instituições e secretarias que adquiriam patrimônios transferidos para a efetivação dos seus programas. Ainda assim, mantiveram do Mobral seus colaboradores, a estruturação, as concepções pedagógicas e as adversidades práticas associadas ao ensino. Nos anos de 1970, a EJA foi caracterizada como suplência da educação formal, com o objetivo de dar oportunidade de acesso de jovens e adultos ao sistema formal de educação, mas somente em 1986 se elaboraram novas diretrizes político-pedagógicas e à Educar atribuiu-se função de articular, em agrupamento, o subsistema de ensino supletivo e a política nacional de educação de jovens e adultos; de gerenciar todo o procedimento de formação, elaboração dos recursos didáticos e a verificação do sistema de ensino.

Conseqüentemente transferiu-se a responsabilidade para as prefeituras municipais e com elas a obrigação de desenvolver intervenções de ensino, tornando-se os principais aliados da Fundação, sem abandonar as parcerias privadas e órgãos não governamentais que permaneceram apoiando na democracia do ensino.

Após experiências mal sucedidas para erradicar o analfabetismo, surgiram outros programas, com novas contribuições para as questões educacionais com interesses sociais. Portanto, em 1985, com a Nova República, houve o primeiro esclarecimento legal dos direitos dos cidadãos não escolarizados na idade ideal (OLIVEIRA, R. L. P., 2007).

O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Em seu artigo 214, a Carta Magna indica também a que legislação “estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento

do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à • I – erradicação do analfabetismo, •II - universalização do atendimento escola (OLIVEIRA, R. L. P., 2007, p. 4).

Desde 1988, a constituição prevê que todos os indivíduos têm direito à educação, todavia é na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que a Educação de Jovens e Adultos efetivamente se constituiu “[...] como modalidade de Educação Básica contemplado como um modelo diversificado do ensino regular [...]” e “[...] atribuindo convicções e conhecimentos estruturados a partir das décadas de 1950 que distinguia o jovem e o adulto como sujeito da própria aprendizagem” (FREIRE, 1988). Durante o ano de 1989, surgiu o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova), que buscava incorporar o poder governamental e as determinações da sociedade civil.

Posteriormente ao último programa, o poder executivo voltou a apresentar uma nova proposta de alfabetização em âmbito nacional: em 1996 iniciou o Programa Alfabetização Solidária (PAS) em Natal/RN. Conforme Galvão e Soares (2007), o Programa de Alfabetização Solidária nasceu como fenômeno nacional de Educação de Jovens e Adultos e como etapa preliminar para a 5ª Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea).

O PAS sugeria uma ação entre o poder executivo federal, empresas dirigentes municipais e universidades, para atender os municípios, fortalecendo a concepção de que qualquer pessoa seria capaz de ensinar. Foi elaborada uma variedade de materiais pedagógicos, para trabalhar a escrita com significados para os adultos em sua existência.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, a nomenclatura Ensino Supletivo passou para Educação de Jovens e Adultos (EJA), graças ao Parecer CEB/CNE nº 11/2000 que baseou a Resolução do CNE sobre as Diretrizes Curriculares para a EJA, enfatizando as mudanças da nomenclatura de ensino supletivo para EJA, com o direito público subjetivo dos cidadãos à educação, contendo as funções reparadora; equalizadora e qualificadora. Assim, a EJA se diferencia da ideia de aceleração de estudos, concebe a necessidade de contextualização do currículo e dos procedimentos pedagógicos e também aconselha

a formação específica. No ano de 1998, foi instituído o Programa Nacional na Reforma Agrária (Pronera), que tinha como finalidade atender os moradores dos assentamentos.

A partir dos anos 1990, a EJA [...] “torna-se um desafio constituído de uma política e de metodologias inovadoras, com a propagação do ensino fundamental de qualidade” (PEREHOUSKEI; DIAS; BARROS, 2013, p. 15). Além de tudo, a EJA inseriu as classes de alfabetização inicial e a Lei nº 9.394/96 contemplou a Educação de Jovens e Adultos nos art. 37 e 38 (MOURA, 2002).

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. (BRASIL, 1996).

Em 2000, foi aprovada a emenda das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos que estabelece a EJA.

[...] como modalidade da educação básica, estabelecendo normas a serem obrigatoriamente observada na oferta estrutura curricular pelos respectivos Conselhos de Educação e Municipal de Educação, bem como pelas Secretarias de Educação atendendo as especificidades do caráter próprio que lhe é peculiar (MOURA, 2002, p. 5).

No ano de 2003, surgiu o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), lançado pelo governo Lula, com a intenção de reduzir as taxas de analfabetismo e proporcionar aos jovens e adultos que não puderam ter acesso à escola na idade estipulada por lei uma chance para aprender a ler e escrever.

Enfatizamos que Paulo Freire foi um dos pioneiros da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, pelejou pelo fim do analfabetismo, com o objetivo de perpetuar a educação democrática e libertadora. Dessa forma, observamos que a EJA vem passando por transformações junto às demais modalidades da educação brasileira e seus teóricos visam promover discussões com a finalidade de proporcionar à modalidade de ensino melhores condições de qualidade aos jovens e adultos.

Evidenciamos ainda que a Emenda Constitucional nº 14/96, estabelece que a União, deve investir nunca menos de 30% dos recursos constantes no *caput* do Artigo 212,

(que até então tinha no mínimo 18%), em medidas que visassem à erradicação do analfabetismo, manutenção e desenvolvimento imprescindível para o país.

Art. 5º [...]

§ 6º A União aplicará na erradicação do analfabetismo, na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o caput do Art. 212 da Constituição Federal (BRASIL, 2012).

A LDB nº 9.394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garantem

[...] a permanência dos alunos na escola, com proteção integral e marco legal e regulamentado dos direitos humanos de crianças e adolescentes, viabilizando uma educação de qualidade com acesso para todos (BRASIL, 2012, p. 27).

Na opinião de Gadotti (2017), a EJA tem o propósito de reparar e equalizar as diferenças e os desajustes sociais existentes, pretendendo assegurar o direito ao acesso e à estadia dos indivíduos na escola.

Entretanto, os alunos da EJA mantêm-se no mundo globalizado, industrializado, burocratizado e escolarizado, normalmente trabalhando em funções não qualificadas, ficando excluídos do sistema de ensino, expondo maior tempo de escolaridade, abandonado devido às reprovações e interrupções escolares. Dessa forma, embora carreguem a marca da exclusão social, são indivíduos pensantes, instituídos pelas memórias e aprendizados adquiridos no decorrer do tempo (OLIVEIRA, M. K., 2007), “[...] no gozo dos direitos civis e políticos de um estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão” (FREIRE, 2013, p. 45).

Percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos está sempre buscando permitir real acesso de todos à educação, independentemente da idade dos alunos. Nessa trajetória, a EJA teve inúmeros avanços, mas ainda há o que se fazer. Necessita-se vislumbrar novos horizontes para que se possa erradicar totalmente o analfabetismo em nosso país, fazendo jus à ideia de educação como direito de todos conforme a lei.

Haddad e Di Pierro (2000) apontam que a EJA não é algo recente:

A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua função educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para colonizadores e seus filhos. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 108-109)

Admitimos que a Educação de Jovens e Adultos teve como desafio histórico possibilitar a esses sujeitos a apropriação de novos saberes. Fundamentada nas leituras realizadas a fim de fortalecer a análise desta pesquisa, esclarecemos que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que tem a finalidade de possibilitar aos que não tiveram oportunidade de acesso à escola ou que por algum motivo foram impedidas de concluir os seus estudos em tempo normal. Constatamos nitidamente que as políticas para sanar o analfabetismo e a educação de jovens e adultos, em pleno século XXI, ainda se valem de ações que, no passado, geraram fracasso dos programas implantados.

Atualmente existem vários desafios impostos para a EJA para reconhecer o direito do jovem/adulto: transformar totalmente a forma como a EJA é concebida e praticada; procurar por metodologias mais modernas; respeitar os interesses dos jovens e adultos; procurar novos meios de articulação da EJA com o mundo do trabalho; investir severamente na formação de professores, renovar o currículo de forma multidisciplinar e transversal; renovar as ações, de forma que passem a instituir-se como direito, e não um favor prestado em função da disposição dos governos, da sociedade ou dos empresários (FREIRE, 2013).

Daí a importância de se pesquisar sobre a EJA, buscando analisar a questão da evasão nesse segmento educacional e as possibilidades de melhoria. Por outro lado, sabe-se que os jovens e adultos têm abandonado a escola por diversos fatores.

O fenômeno da evasão escolar na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido observado há vários anos e tem desafiado a compreensão dos educadores das escolas que ofertam essa modalidade de ensino. Os altos índices de abandono dos alunos chamam a atenção e impressionam com frequência, pois, em muitas salas de EJA, o número de alunos evadidos a cada semestre chega a ser superior ao número de alunos aprovados e tem servido como pretexto para o fechamento de muitas classes (SIMÕES, 2017, p. 3).

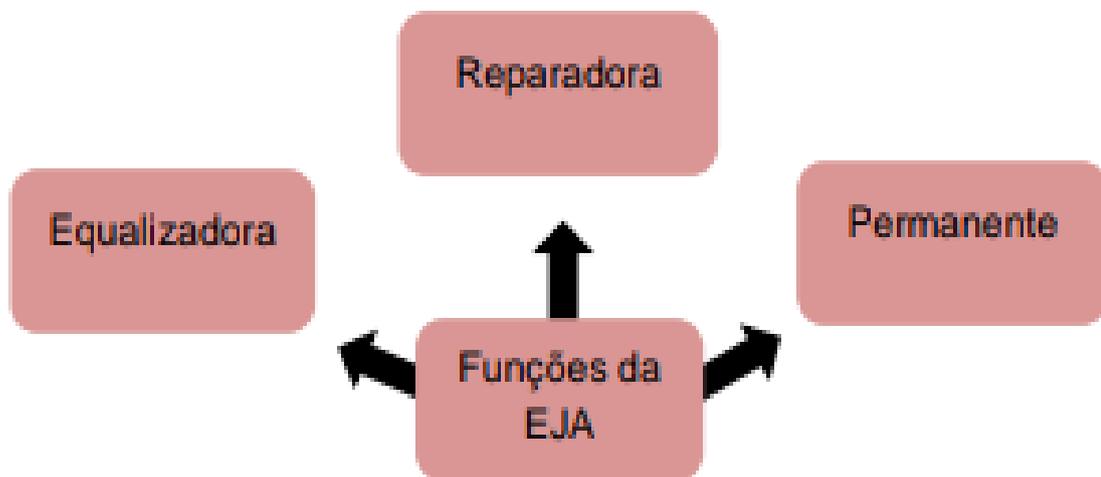
Diversos alunos evadem por causa da desmotivação provocada por não conseguirem acompanhar o desenvolvimento da turma. Muitas vezes, os desafios encarados no dia a dia geram o abandono das aulas (ARROYO, 2006).

4.2 FUNÇÕES DA EJA

A EJA, de modo especial, possui a função de fortalecer um conjunto de qualidades, cooperando para um mundo mais sustentável, humanitário e igualitário, que renuncia a toda e qualquer conduta discriminatória que de alguma forma possa ferir a dignidade humana.

Portanto, cogitando nesse papel essencial que a EJA desempenha ou pode desempenhar perante a sociedade, em conformidade com o Parecer nº 11/2000, fundamentado nos princípios normativos da Lei nº 9.394/96, a EJA é conduzida por três funções de grande destaque social e educacional, conforme exibido na Figura 1.

Figura 1 – Funções da EJA em conformidade com o Parecer nº 11/2000



Fonte: Elaboração da autora, conforme Brasil (2000).

- Função reparadora: a EJA não é simplesmente inserida no ciclo dos direitos civis através de um reparo sobre um direito que lhe foi negado, entretanto embasa-se na conquista do direito de uma educação de

qualidade, para que possa atender as imprescindibilidades humanas, assegurando-lhes uma igualdade de condições para todos os sujeitos.

[...] a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais (Brasil, 2000, p. 9).

Essa função é considerada importante porque pode conceder situações fundamentais para que os jovens e os adultos regressem aos seus estudos não concluídos em tempo hábil. Com o direito à educação, os indivíduos passam a ter garantia de um princípio da igualdade em relação às demais pessoas.

- Função equalizadora: exerce papel fundamental na EJA, pois essa função é responsável por propiciar oportunidades a todas as pessoas — aposentados, trabalhadores, donas de casa, que, com alguma finalidade de qualquer natureza cognitiva, social, econômica, interromperam seus estudos; essa função desenvolve meios para que os indivíduos possam retornar à escola e nela aprimorar os seus conhecimentos e experiências de vida (BRASIL, 2000).

Nessa perspectiva, a função equalizadora da EJA concede a igualdade de acesso à educação escolar às pessoas que tiveram o propósito de retomar seus estudos.

- Função permanente: defende que o aprendizado é permanente e ocorre ao longo de toda a vida e está ligada diretamente ao desenvolvimento contínuo; tal função busca compatibilizar como as concepções, nos quais o conhecimento de mundo e o conhecimento científico devem estar vinculados à formação do aluno; dessa forma, “[...] tem como fundamento o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares” (BRASIL, 2000, p. 11).

Examinando-se as três funções, podemos dizer que são essenciais na EJA, porém sabemos relativamente o quanto essa modalidade necessita ultrapassar os muitos

desafios e as dificuldades que a cercam. Há alguns desafios referentes ao tema que nos propomos pesquisar (BRASIL, 2008a):

- assegurar a oferta da EJA como direito;
- consentir o trabalho com as diversidades seja ela ética, de gênero e de condição intelectual, sensorial ou física;
- ofertar uma educação inclusiva;
- rever as políticas públicas para EJA;
- garantir a EJA no âmbito da educação prisional.

Assegurar que a oferta da EJA seja um direito significa fazer justiça àqueles que, por muito tempo, encontraram-se excluídos do meio letrado. A criação de uma educação compensatória é vista hoje para a EJA como um direito que é garantido por lei. “Entretanto, esse direito faz parte de lutas históricas de sujeitos que apresentam identidades, subjetividades e singularidades” (SILVA, 2009, p.66). Portanto, essas lutas foram primordiais.

“A preocupação com reconhecimento da educação dos jovens e adultos como um direito ganha expressão e visibilidade por parte do Poder Público a partir da redemocratização do país, na década de 1980” (SILVA, 2009, p.63).

Com a redemocratização do país, as pessoas passaram a presenciar modificações principalmente, no meio político, civil e educacional. “Distinguir a EJA como direito requer entender que o seu campo de conquistas foi marcado por um direito à educação com vista à promoção e dignidade humana” (SILVA, 2009, p. 69).

A conquista pelo direito por uma educação gratuita proporcionou que jovens e adultos retornassem aos estudos, permitindo que a EJA seja um espaço para o aprendizado, criando portas para possibilitar a capacidade de conhecer e de enxergar o universo perante inúmeros ângulos (BRASIL, 2008a).

Portanto, outro desafio é reconhecer o trabalho com as diversidades. Os vínculos determinados pelos sujeitos aprendizes, dentro e fora do ambiente educacional, tornam-se imprescindíveis para o progresso humano. Por isso, é necessário levar em

conta as singularidades e a forma que cada pessoa tem de construir o mundo ao seu redor, consentindo que o diferencial torne-se componente engrandecedor no desenvolvimento humano.

Em contrapartida, percebe-se que o direito à educação para todos é uma conquista atual. A EJA vem se destacando e conquistando espaço nas discussões da agenda pública e estimulando a legislação do país. Para Soares (2011, p. 16), a constituição de 1988 “[...] abriu os horizontes para a afirmação de direitos sociais [...]. O direito à educação para jovens e adultos se inscreve entre a reparação social que a sociedade brasileira foi levada a reconhecer”.

No entanto, somente garantir o acesso à educação é insuficiente — é necessário primeiramente gerar subsídios para que os estudantes se sintam incluídos no processo educacional e nele permaneçam. Para que isso aconteça, é fundamental trabalhar com a diversidade, principalmente em relação à questão de gênero. É importante lembrar a luta que muitas mulheres têm enfrentado pela sobrevivência, por serem mantenedoras do lar e da responsabilidade familiar. Portanto, isso tem sido alguns dos motivos que as levam à desistência e que muitas das vezes não tentam retornar com os estudos. Sendo assim, não é fácil adequar horários de aulas para atender a esse público, tornando um obstáculo para permanência de muitas mulheres na escola.

Segundo Coimbra (2002), é imprescindível que o meio educacional esteja preparado e propenso a trabalhar com e pela diversidade, ao invés de buscar por uma uniformização de padrões, resultados e condutas.

Partindo desse ponto de vista, a EJA encara mais um dos seus desafios, que é pensar os seus sujeitos. No entanto, quem seriam esses sujeitos? Que lugar ocupam na sociedade do conhecimento? De que maneira agem e pensam? Quais são os seus principais propósitos? Considerar essas e outras questões torna-se uma ação necessária para a EJA.

Pensar em sujeitos da EJA é trabalhar para, com e na diversidade. A diversidade é constituída das diferenças distinguem os sujeitos uns dos outros-mulheres, homens, crianças, adolescentes, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas, afrodescendentes, descendentes de

portugueses e de outros europeus, de asiáticos, de latinos, entre outros (BRASIL, 2009, p. 28).

Os indivíduos da EJA são sujeitos plurais (sexo, ideologia, etnia, religião idades, política) que levam para a escola culturas e saberes que diferenciam e enriquecem os debates para o crescimento comum.

Conseqüentemente é primordial que a escola seja facilitadora e mediadora da inclusão e do respeito às diversidades, com o intuito de conviver com o diferente e não gerar estranhamentos, conflitos e intolerâncias. Educar exige superar preconceitos e discriminação que reforçam as desigualdades que descrevem a sociedade brasileira, reeducando as relações étnico-raciais, como entrevê a atual legislação (BRASIL, 2009). No entanto, trabalhar com a diversidade e lutar contra a desigualdade é um desafio que essa modalidade necessita enfrentar para tornar melhor a convivência social.

A educação inclusiva está garantida por lei, apesar de não se consolidar em sua totalidade em diversas escolas do país. Percebemos que algumas possibilitam apenas o acesso, quando deveriam assegurar a acessibilidade aos sujeitos em todos os aspectos que lhes são devidos e necessários para que se tornem plenamente incluídos. Mantoan (2004, p. 79) enfatiza: “Há muito ainda a ser feito para que se possa caracterizar um sistema como apto a oferecer oportunidades educacionais a todos os seus alunos, de acordo com especificidades de cada um [...]”.

O processo da educação inclusiva desempenha um papel primordial perante a sociedade, visto que busca combater toda discriminação que exclui os indivíduos com alguma necessidade especial. Tal educação não fica limitada exclusivamente nas séries iniciais do Ensino Fundamental, mas passa a contemplar juntamente os estudantes jovens e adultos, assegurando-lhes o direito a ingressarem na escola e nela aprimorar suas habilidades e competências.

Segundo Mantoan (2004), a inclusão escolar abarca uma alteração de atitude com relação ao outro, na qual encontramos nossa realidade na qual convivemos. A escola é um dos lugares favorável para se trabalhar a forma de enxergar a pessoa com necessidade educacional especial, pois, segundo.

[...] as especificidades desses sujeitos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, é reconhecido o direito à oferta de atendimento educacional especializado e complementar na EJA, bem como promoção da acessibilidade (BRASIL, 2009, p.31).

Portanto, esses estudantes precisam se apoderar desse direito, cobrando ações fundamentadas por parte do Estado, em especial fazendo-se cumprir o que está assegurado por lei. “A produção e efetivação de políticas públicas de Estado para EJA [...] é responsabilidade de governos [...], de maneira a superar formas veladas, sutis e/ou explícitas de exploração e exclusão de que a desigualdades se vale” (BRASIL, 2009, p. 29).

Outra questão importante, com a qual o país se confronta, diz respeito à oferta da educação para internos penitenciários, pois há um quantitativo significativo de jovens e adultos encarcerados e o Estado, nas suas incumbências e obrigações, deve garantir aos detentos o direito aos estudos. “A responsabilidade constitucional do Estado, com a educação para todos, não exclui ninguém, nem internos penitenciários, e especialmente estes, privados de escolhas, por que mantidos em cárcere” (BRASIL, 2009, p. 32).

Na hipótese da EJA, poucos conteúdos podem ser associados pelos alunos devido aos conhecimentos prévios que têm em relação ao mundo com base em suas experiências de vida.

Há que se considerar como conteúdo básico da aprendizagem a confrontação dos saberes das diferentes culturas ou traços culturais presentes à escola e, especificamente, às salas de aula, na busca de um novo saber capaz de garantir a vida digna e o bem-estar de todos e todas numa convivência agradável e poderosa (SOUZA, 2007, p. 125).

Por outro lado, a EJA é muito insuficiente com relação aos seus conteúdos programáticos. Para que ela alcance seus propósitos com relação à Educação Básica, é necessário um trabalho em conjunto com toda a comunidade escolar, da sociedade como um todo e, não somente de medidas oficiais.

Conseqüentemente seria desfavorável ponderar a educação nos presídios meramente profissional e corretiva. Nessa perspectiva, Maeyer (2006) declara:

O direito à educação deve ser exercido sob algumas condições: não pode ser considerado com sinônimo de formação profissional, tampouco usado como ferramenta de reabilitação social. É ferramenta democrática de progresso,

não mercadoria. A educação deve ser aberta, multidisciplinar e contribuir para o desenvolvimento da comunidade (MAEYER, 2006, p. 22).

A educação, para o homem, é um salto para a liberdade, pois alfabetizado é mais fácil de ser incluído na sociedade, podendo interagir com mais segurança. A educação escolar é importante, não só pelo fato de poder ser alfabetizado, mas porque a escola é um lugar privilegiado para que todos possam desenvolver o pensamento reflexivo, permitindo que pessoas de variadas culturas, pensamentos e problemas se misturem com maior autonomia para transitar no mundo da escrita.

4.3 A EJA EM PRESIDENTE KENNEDY/ES

A modalidade EJA surgiu em 1992 na EMEIEF Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, como parte do Projeto Alfa e Pós-Alfa para o 1º segmento e em 1996 para o 2º segmento com o Projeto Todos Podem Ler.

Sua funcionalidade é no noturno, das 18:00min às 22:20min para o 1º e 2º segmento, com o limite de 25 alunos para cada turma. Para aqueles que desejam iniciar e/ou retornar os estudos, observa-se a idade mínima de 15 anos para o ingresso no Ensino Fundamental.

Para realizar adequadamente as atividades educacionais e de gestão, os profissionais vinculados a essa escola se esforçam para usar os recursos que a tecnologia oferece para facilitar seu trabalhos com os mediadores. Todos os professores atuantes na EJA possuem habilitação específica e especialização.

A verificação do rendimento escolar deverá observar o critério de avaliação e o desempenho cumulativo do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos e predomínio da avaliação diagnóstica. Tais critérios devem servir para promover, apoiar e orientar a permanente intervenção pedagógica subsidiando a prática do professor e a aprendizagem dos alunos.

A avaliação de aprendizagem obedecerá à escala de pontuação, conforme Regimento Comum das Escolas Municipais de Presidente Kennedy/ES, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Educação de Jovens e Adultos 1º Segmento: escala de pontuação

Período letivo semestral	Pontuação	Pontuação
1º Bimestre	30 pontos	50 pontos
2º Bimestre	30 pontos	50 pontos
Total de pontos	60 pontos	100 pontos

Fonte: Elaboração da autora (2019).

O resultado trimestral corresponderá ao cômputo das avaliações obtidas no decorrer do período, de acordo com a escala estabelecida. A cada bimestre são utilizados três momentos de avaliação no mínimo, mediante diferentes modalidades representados nos Quadros 3, 4, 5.

Quadro 3 – Tipos de Avaliação

Tipos de Avaliação	1º e 2º Bimestres
Avaliação pelo professor, com base nos objetivos do bimestre	25 pontos
Atividades, projetos, pesquisas, produção de texto e outros	17 pontos
Avaliação de aspecto atitudinal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assiduidade ((frequenta regularmente as aulas) ✓ Participação (participa e contribui para o desenvolvimento das atividades propostas) ✓ Relacionamento (estabelece uma relação de respeito e cordialidade) 	8 pontos
Total	50 pontos

Fonte: Elaboração da autora (2019).

Quadro 4 – Educação de Jovens e Adultos 2º Segmento: escala de pontuação

Período letivo semestral	Pontuação	Pontuação
1º Bimestre	30 pontos	50 pontos
2º Bimestre	30 pontos	50 pontos
Total de pontos	60 pontos	100 pontos

Fonte: Elaboração da autora (2019).

Quadro 5 – Tipos de avaliação

Tipos de Avaliação	1º e 2º Bimestres
Avaliação pelo professor, com base nos objetivos do semestre	25 pontos
Exercícios pré-estabelecidos por componente curricular	5 pontos
Atividades, projetos, pesquisas e produção de texto	12 pontos
Avaliação de aspecto atitudinal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Assiduidade ((frequenta regularmente as aulas) ✓ Participação (participa e contribui para o desenvolvimento das atividades propostas) Relacionamento (estabelece uma relação de respeito e cordialidade)	8 pontos
Total	50 pontos

Fonte: Elaboração da autora (2019).

Sobre a Recuperação, os dados constam do Projeto Político Pedagógico/Presidente Kennedy/ES, Jaqueira, 2019, bem como as informações contidas nos Quadros 1, 2, 3, 4, e 5.

- ✓ A recuperação paralela será oferecida obrigatoriamente ao longo de cada bimestre; a recuperação ao final do bimestre é obrigatória, quando a recuperação paralela não for suficiente para o educando alcançar resultado satisfatório;
- ✓ a recuperação final será oferecida pela escola, obrigatoriamente, imediatamente após o término do ano letivo, ao aluno (a) de baixo rendimento, com atribuição de valor correspondente a 100 pontos;
- ✓ será promovido (a), ao final do ano letivo, o (a) aluno (a) que obtiver: I – o mínimo de 60 (sessenta) pontos em cada disciplina. II – frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária anual.

A EJA no município de Presidente Kennedy/ES segue as normas da Secretaria Estadual de Educação no estado.

A EJA Semipresencial oferece Cursos de Ensino Fundamental e Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nas escolas estaduais do Estado do Espírito Santo. As aulas ocorrem as terças, quartas e quintas feiras com aulas presenciais e às segundas e sextas feiras com aulas não presenciais. Para ingresso nos cursos, o aluno deverá ter a idade mínima de 15 anos para o Ensino Fundamental [...].⁴

A EJA visa priorizar a formação integral, voltada para o desenvolvimento de capacidades adequadas, para que todos possam enfrentar, no marco do desenvolvimento intelectual, as novas transformações científicas e tecnológicas, bem como seu impacto na vida social e cultural; além de buscar promover a compreensão e a apropriação dos avanços científicos, tecnológicos e técnicos.

Ainda prima por uma formação de qualidade, fundamentada em valores solidários e críticos, em face do consumismo e do individualismo, elaborando e programando currículos flexíveis, diversificados e participativos; incentivando educadores e alunos a desenvolverem recursos de aprendizagem diversificada, com a utilização dos meios

⁴ Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/informacoes-da-eja-ceeja>. Acesso em: 15 fev. 2020.

de comunicação de massa, e promovendo a aprendizagem dos valores de justiça, solidariedade e tolerância.

Nesse contexto, a EJA no município pesquisado visa também proporcionar aos jovens e adultos o efetivo direito ao conhecimento, possibilitando-lhes acesso, permanência e participação no mundo letrado, na resolução dos problemas da vida cotidiana e na melhoria da qualidade do trabalho para o exercício da cidadania.

Assim, dentre as perguntas apresentadas, a nona pergunta do questionário respondido pelos professores — De que forma a modalidade de ensino EJA pode contribuir para transformar a vida de seus alunos? —, fica claro que eles, em sua maioria, pretendem assegurar aos jovens e adultos oportunidades educacionais pautadas nas necessidades básicas e nas expectativas, segundo as características de condições de vida, motivando e ampliando conhecimentos do mundo, da cultura, da língua que se fala e se escreve e da matemática de uso social.

Com relação à escola pesquisada, registramos a sua missão: “Oferecer um ensino de qualidade para que o aluno tenha atuação crítica e participação na sociedade, motivados pelos mais altos ideais de altruísmo e solidariedade.” (PRESIDENTE KENNEDY, 2019, p. 54). Assim, a EJA prima por promover um ensino capaz de gerar conhecimentos como instrumentos para a compreensão da realidade e possível intervenção, possibilitando que o aluno seja visto como sujeito ativo, que usa sua experiência e seu conhecimento para resolver problemas, com o propósito de que o conteúdo estudado ocorra dentro de um contexto que lhe dá sentido.

Para tal, é necessário que os professores da EJA proponham atividades pedagógicas de forma a permitir que os alunos elaborem seus próprios conceitos e hipóteses. Acreditamos no reconhecimento de que esse fazer prima pela qualidade do ensino ministrado, pela união e criatividade da equipe de professores, bem como pelo respeito e valorização dos nossos alunos.

É de longa data que jovens e adultos vêm lutando pelo direito à educação que lhe foi distanciado do meio escolar por inúmeras razões, até mesmo por entrar, de forma precoce, no mercado de trabalho, motivo comum na sociedade em que vivemos.

Dessa forma, I. B. Oliveira (2007) salienta a importância da educação, evidenciada pela exclusão das camadas menos favorecidas economicamente, considerando-se inevitável a escolarização dos trabalhadores em favor de uma mão de obra qualificada, transfigurando esse aluno em uma pessoa consciente e crítica.

No entanto, Gadotti (2017) afirma que os jovens e adultos trabalhadores lutam para exceder suas condições de vida, devido ao contratempo por não saber ler escrever, que ocasiona o desemprego, os baixos salários e as trágicas condições de vida que implicam os processos de alfabetização, evidenciando cada vez mais que o analfabetismo é uma seqüela irremediável de uma estrutura social desmantelada e desmerecida.

Gadotti (2017) afirma que os jovens e adultos voltam à escola simplesmente pela devida vontade de melhoria de vida ou por imposições ligadas ao mercado de trabalho. Esses indivíduos trabalhadores colaboram para a sobrevivência do grupo familiar pertencente.

A proposta pedagógica da EJA está regulamentada pelo dever do Estado em assegurar a Educação Básica às pessoas jovens e adultas, na particularidade de cada indivíduo.

Sendo a Educação de Jovens e Adultos compreendida como um processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta o trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais beneficiários dessa modalidade de educação (BRASIL, 1988, p. 52).

Os direitos evidenciados pelas Diretrizes Curriculares da EJA representam a indispensabilidade ao ser humano de empossar-se do saber historicamente produzido, visto que somos todos seres incompletos e imperfeitos (FREIRE, 2013).

Os alunos ingressam na EJA possuindo consigo uma bagagem de leitura de mundo, os quais são jovens e adultos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola regular na idade certa ou devido à defasagem escolar, no entanto, a valorização das experiências adquiridas por eles é de grande importância para o desenvolvimento de novos conhecimentos ao longo do tempo, na busca por melhores condições de vida e financeiras (OLIVEIRA, I. B., 2007, p. 11).

Guimarães e Duarte (2008) evidenciam que existe uma intermediação do trabalho, ou seja, o aluno tem a procriação para reconhecer as responsabilidades em relação à

escola e ao trabalho, bem como suas experiências no decorrer da vida, todavia alega que a principal incompatibilidade para frequentar a EJA está diretamente relativa ao trabalho, acima de tudo, sobretudo em relação à escolarização da mulher e a sua inserção no mercado de trabalho.

Para a educação, os conteúdos são conhecimentos ou informes conduzidos de forma regularizada, cujos métodos de repasse se instituem na base do processo de ensino, tendo o educador como mediador no centro desse processo de reprodução, no qual as peculiaridades estão vinculadas a cada componente curricular.

Em contrapartida, os educandos, peças fundamentais no processo de aprendizagem, são os interlocutores finais dos conteúdos escolares. Nesse sentido, o acesso pode ser concedido de muitas formas e perante diversos aspectos.

De acordo com Durkheim (2013), os conteúdos de caráter reprodutivista podem ser adotados com o sentido social, ou seja, um sistema de socialização pautada do conhecimento para formação do ser social.

O fim da educação é constituir o ser social em cada um de nós, a partir de um sistema de ideias, sentimentos e hábitos, que exprimem em nós, não a nossa individualidade, mas o grupo ou os grupos diferentes de que fazemos parte; tais são as crenças religiosas, e as práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais, as opiniões coletivas de toda espécie. Seu conjunto forma o ser social (DURKHEIM, 2013, p. 41- 42).

No ensino, ocorre o processo de construção pessoal e social, pois se interage com a verdade, com vínculo que o homem estabiliza com o meio ambiente e com o corpo social e suas estruturas políticas, sociais e econômicas.

O caminho pelo qual homens e mulheres podem chegar a tornarem-se conscientes de si próprios, de sua forma de atuar e de pensar, quando desenvolvem todas as suas capacidades considerando não apenas eles mesmos, mas também as necessidades dos demais (FREIRE, 1992, p.40).

Com o intuito de que a educação possibilite mudanças sociais e ofereça ao homem essa consciência na sua forma de atuar e intervir, insere nessa circunstância para expressar a atividade do professor no repasse do conteúdo para os alunos. Freire (2015) explica a diferença entre o ato de ensinar e de educar, na percepção de que ensinar significa vangloriar a capacidade humana do educando, ou seja, educar significa intervir.

De acordo com Souza (2007), os processos de ensino-aprendizagem têm a obrigação de estarem atentos para todas as dimensões do indivíduo e de sua sociedade, para, dessa forma, atender às imposições reconhecidas no âmbito histórico-social.

Com o propósito de instruir, a escola utiliza os conteúdos como elemento fundamental na composição de seu produto, passando a identificar por área e categorizá-los por níveis. Segundo Coll 2000, p. 12), a “[...] tentativa de ensinar conteúdos específicos não é intrinsecamente negativa; tudo depende de quais conteúdos se quer ensinar e, sobretudo, de como eles são ensinados e como eles são aprendidos”.

É nesse contexto que o município de Presidente Kennedy/ES é o elemento de amostragem e estudo da pesquisa.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A EMEIF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo” é uma instituição de ensino público, mantida pela Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, por meio da Secretaria de Educação, estando situada na Rua Projetada s/n, na Comunidade de Jaqueira, Presidente Kennedy, Espírito Santo, em três prédios construídos em alvenaria e mais três salas pré-moldadas (contêiner). A relação sobre seu espaço está contida na Tabela 1.

Tabela 1 – Descrição física/2019

RELAÇÃO DO ESPAÇO	QUANTIDADES
Salas de aulas	20
Sala de recursos especiais	01
Sala pedagógica	01
Sala dos professores	01
Sala de vídeo	01
Banheiro dos professores masculino e feminino	04
Laboratório de informática	01
Laboratório de ciências	01
Secretaria escolar	01
Sala de direção escolar	01
Banheiro masculino para alunos	03
Banheiro feminino para alunas	03
Cozinha escolar	01
Despensa	01
Refeitório	01
Almoxarifado	03
Biblioteca	01
Quadra poliesportiva coberta	01
Quadra poliesportiva descoberta	01
Parque infantil	01

Fonte: Elaboração da autora (2019).

A escola foi criada para atender as necessidades da comunidade e demais comunidades vizinhas, da Pré-Escola ao 9º ano, e posteriormente foi oferecido o curso de suplência (Supletivo de 1º Grau).

Atualmente, a organização funcional do ano 2019 está registrada na formação de 29 turmas, totalizando 776 alunos, nos três turnos de funcionamento, sendo que somente no noturno ocorre o funcionamento da EJA, conforme demonstrado nas Tabelas 2, 3 e 4 a seguir.

De acordo com a Tabela 2, o período matutino possui 15 turmas, compreendendo um Pré II da Educação Infantil e períodos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental com o total de 358 alunos.

Tabela 2 – Organização funcional/2019 – Turno matutino

TURMAS: MATUTINO	QUANTIDADE
Pré II A	22 alunos
6º ano A	22 alunos
6º ano B	23 alunos
6º ano C	19 alunos
6º ano D	24 alunos
7º ano A	24 alunos
7º ano B	25 alunos
7º ano C	24 alunos
7º ano D	24 alunos
8º ano A	22 alunos
8º ano B	25 alunos
8º ano C	25 alunos
9º ano A	28 alunos
9º ano B	27 alunos
9º ano C	24 alunos
15 turmas	Total: 358 alunos

Fonte: Elaboração da autora (2019).

Conforme os dados da Tabela 3, que o turno vespertino possui turmas que compreendem o Pré da Educação Infantil e os períodos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, somando 330 alunos matriculados. Registra um quantitativo de alunos menor que os matriculados no período matutino.

Tabela 3 – Organização funcional/2019 – Turno vespertino

TURMAS: VESPERTINO	QUANTIDADE
Pré I A	20 alunos
Pré II B	16 alunos
1º ano A	24 alunos
1º ano B	21 alunos
2º ano A	23 alunos
2º ano B	23 alunos
2º ano C	13 alunos
3º ano A	22 alunos
3º ano B	20 alunos
3º ano C	10 alunos
4º ano A	26 alunos
4º ano B	25 alunos
4º ano C	15 alunos
5º ano A	25 alunos
5º ano B	25 alunos
5º ano C	22 alunos
16 turmas	Total: 330 alunos

Fonte: Elaboração da autora (2019).

Quanto ao período noturno, a Tabela 4 demonstra um número reduzido de alunos, num total de 54 alunos matriculados, dividido entre a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª etapas, cujo maior número está concentrado na turma da 8ª etapa, com um total de 14 alunos.

Tabela 4 – Organização funcional/2019 – Ensino Fundamental EJA

TURMAS: NOTURNO	QUANTIDADES
1ª ETAPA	01 alunos
2ª ETAPA	00 alunos
3ª ETAPA	03 alunos
4ª ETAPA	07 alunos
5ª ETAPA	08 alunos
6ª ETAPA	10 alunos
7ª ETAPA	11 alunos
8ª ETAPA	14 alunos
8 turmas	Total: 54 alunos

Fonte: Elaboração da autora (2019).

Em continuidade, a Tabela 5 demonstra a organização profissional e número de professores no ano de 2019.

Tabela 5 – Organização profissional/2019 – Professores

DISCIPLINAS	TURMAS/QUANTITAVO DE PROFISSIONAIS		
	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
Núcleo Comum	01	16	02
Língua Portuguesa	04	00	01
Língua Inglesa	02	02	01
Matemática	03	00	01
Ciências	02	00	01
Geografia	02	00	01
História	02	00	01
Arte	01	01	01
Educação Física	02	01	01
Ensino Religioso	00	00	00
Libras	00	00	00
Quantitativo por Turno	19	20	10
Quantitativo Total	49 Professores nos três turnos		

Fonte: Elaboração da autora (2019).

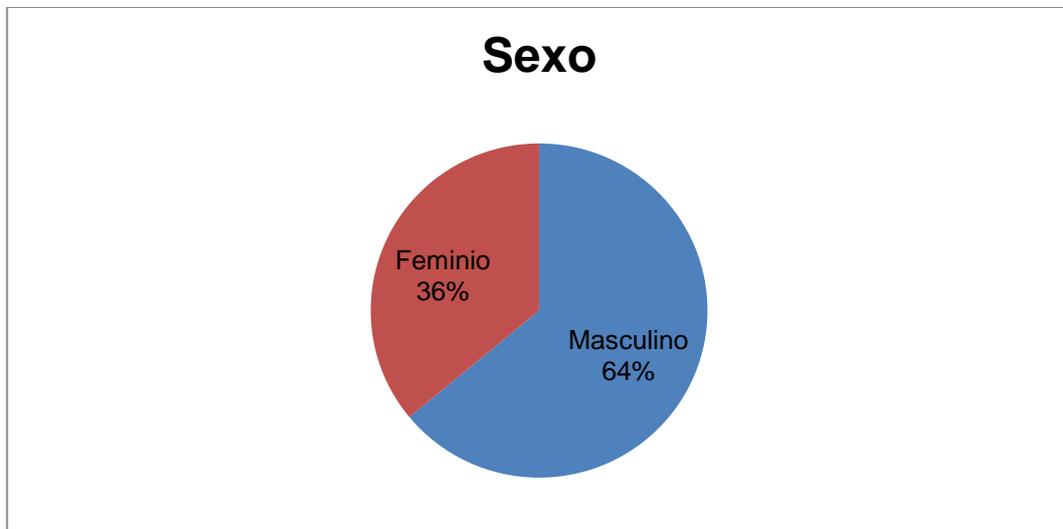
5.1 O PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Nesta etapa da pesquisa, ou seja, durante o contato com a parte administrativa da EMEIEF de Jaqueira “Bery Barreto de Araújo”, constatamos o número total de 54 alunos matriculados na EJA até a data de 28 de novembro de 2019. A escola tem um quantitativo de 54 alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental (1º e 2º segmento). Conseqüentemente somente 25 alunos desse total se propuseram a realizar o estudo, pois, entre os demais, alguns se encontram evadidos e outros, faltosos. Portanto, responderam o questionário com questões fechadas de múltipla escolha e questões abertas apresentadas (APÊNDICE A), sem a interferência do pesquisador.

A partir dessa pesquisa, foi possível fazer um levantamento para traçar o perfil dos jovens e adultos que frequentam essa modalidade de ensino na referida escola, basicamente quanto a sexo, faixa etária, estado civil, local de moradia, vida escolar, participação da família em programa de renda do governo.

Em relação ao sexo dos 25 alunos pesquisados, 16 alunos responderam masculino e nove responderam feminino, ou seja, 64% são do sexo masculino e 36%, do sexo feminino (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Sexo dos alunos

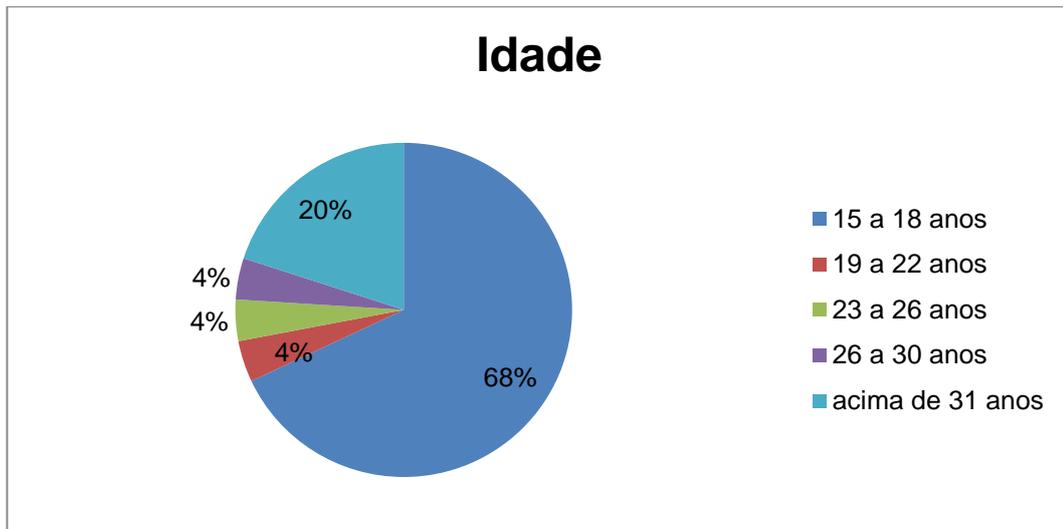


Fonte: Elaboração da autora (2020).

Abramovay, Castro e Waiselfisz (2015) retratam a superioridade do sexo feminino na Educação de Jovens e Adultos, contudo, nesta pesquisa, evidencia-se uma menor proporção de alunos do sexo feminino, aglomerando-se em maior percentual o sexo masculino.

Pode-se averiguar questão que interroga a idade dos alunos por meio do Gráfico 2, na qual a maioria com 68% situa-se na faixa etária entre 15 a 18 anos de idade e 29% possuem entre 19 a 22 anos; com menores percentuais entre os adultos, há 4% com idade entre 23 a 26 anos, 4% com idade entre 27 a 30 anos e a mesma porcentagem para acima dos 31 anos. No entanto, compreendemos que, nesse cenário, o maior percentual de alunos se centraliza entre os estudantes adolescentes.

Gráfico 2 – Idade dos alunos

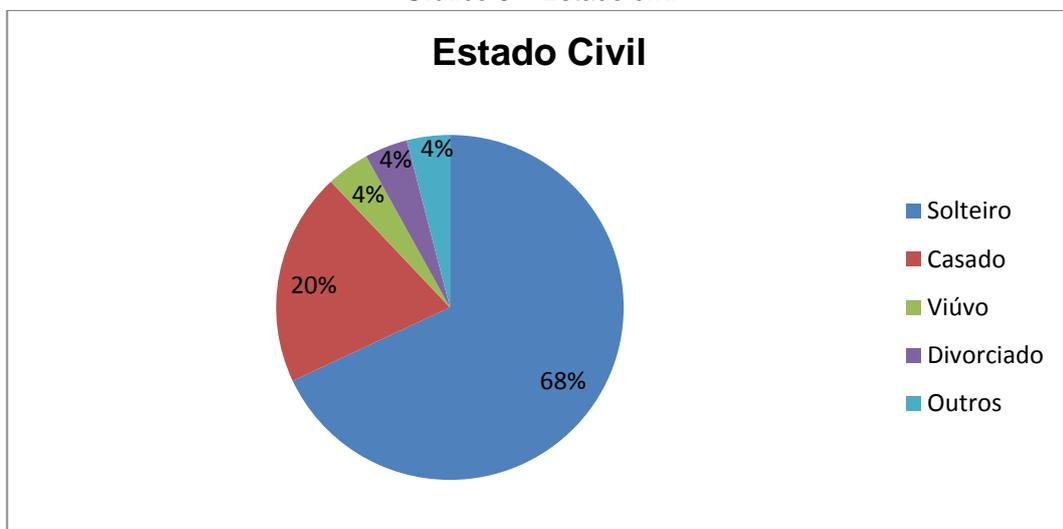


Fonte: Elaboração da autora (2020).

A Unesco informa que “Recebem alunos e alunas com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamentos completamente variados” (BRASIL, 2008a, p.7). Assim, é importante trabalhar com essa diversidade de público.

Com relação ao estado civil dos sujeitos participantes, é possível apurar que, conforme informações expressas no Gráfico 3, que 68% dos alunos são solteiros; 20% casado, 4%, viúvos; 4%, divorciados e 4% têm outro estado civil. A maioria dos alunos da EJA são solteiros.

Gráfico 3 – Estado civil

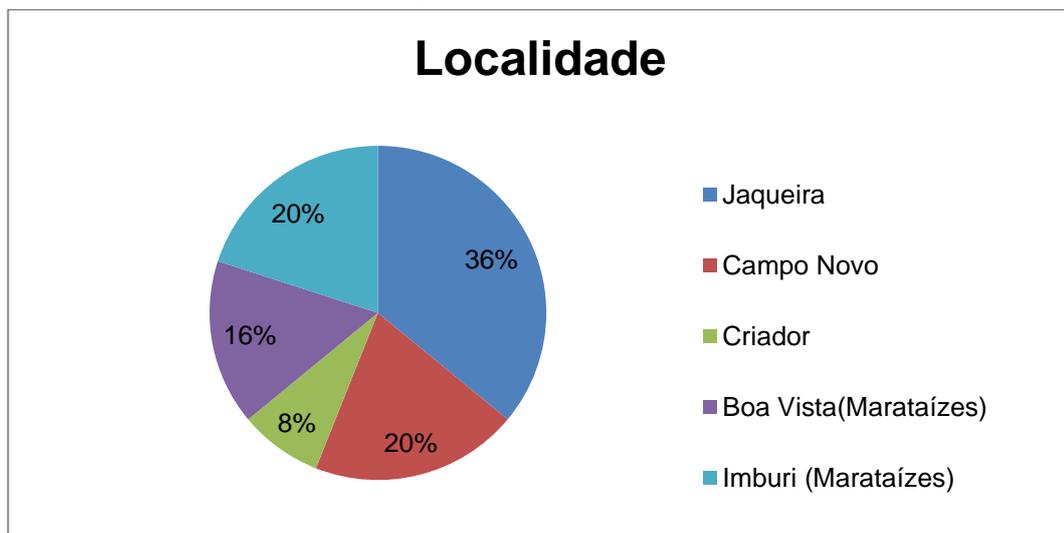


Fonte: Elaboração da autora (2020).

A seguir, identificamos a localidade dos sujeitos participantes da pesquisa, para traçar melhor perfil dos alunos da EJA, e concluímos que todos os alunos — 100% — moram na zona rural, mesmo os que moram no município vizinho. Portanto, não carece de gráfico para expressar o percentual.

Em relação à localidade, 36% residem na mesma localidade da escola; 20%, em Campo Novo; 20%, em Imburi; 16%, em Boa vista e 8% moram na localidade de Criador.

Gráfico 4 – Localidade



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Em relação à participação de programas de auxílios governamentais, embora grande parte dos estudantes seja de baixa renda, eles também são participantes dos programas de auxílios governamentais, entre os quais a 33% cesta básica, 27% ticket-feira e 32% bolsa família, fornecidos pelo município e pelo governo federal, conforme o Gráfico 5.

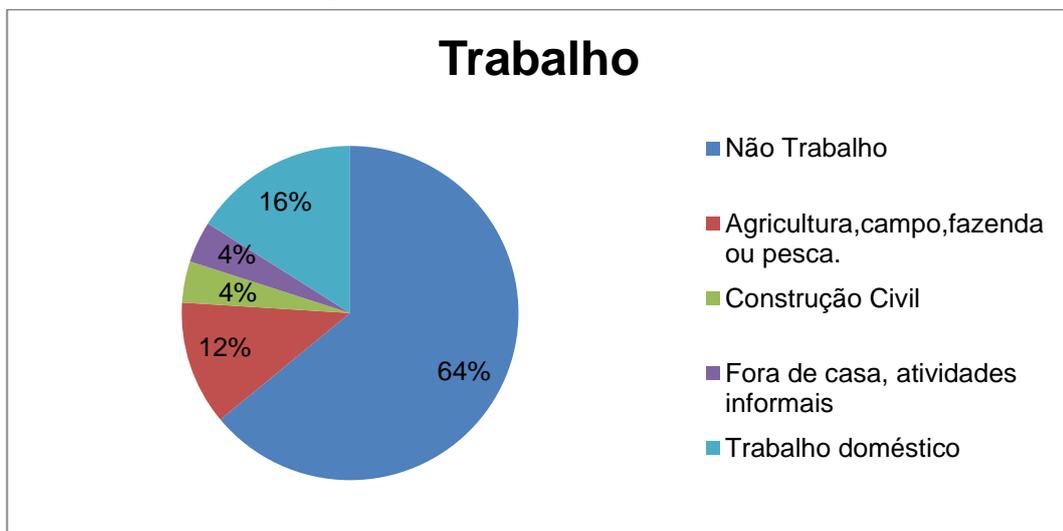
Gráfico 5 – Programas de auxílios governamentais



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Em relação à questão de trabalho, o Gráfico 6 mostra que 64% dos alunos estão desempregados, pois são menores de 18 anos.

Gráfico 6 – Atividades desenvolvidas



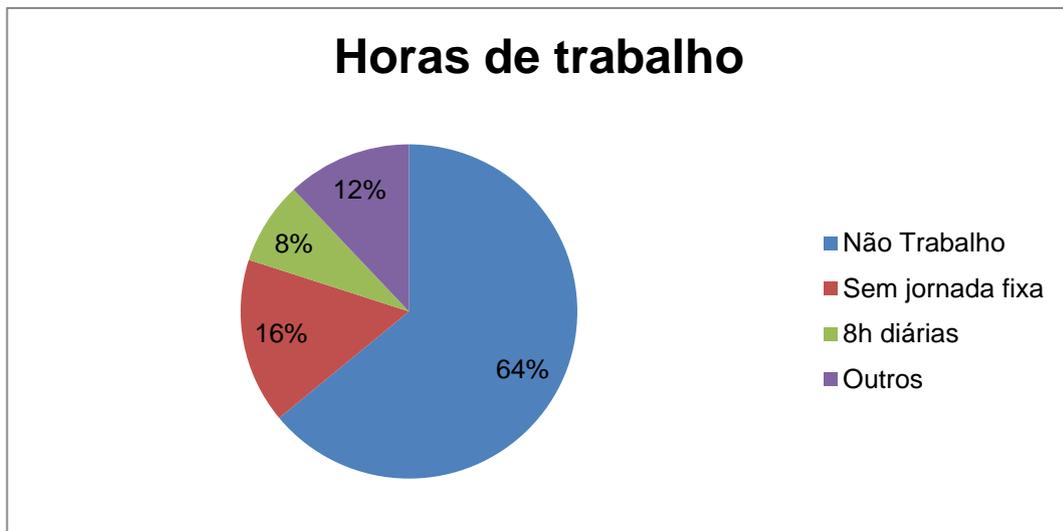
Fonte: Elaboração da autora (2020).

Os sujeitos da pesquisa, em sua maioria, não trabalham, sendo que uma pequena parte, em algum momento, procura se enquadrar no meio profissional, atuando em diferentes funções para conseguir o sustento da família. Assim, além de residir na zona rural, a maioria se adaptou na agricultura, na construção civil, no trabalho doméstico nas casas de outros indivíduos em atividades informais.

No entanto, essa forma como os sujeitos da pesquisa passam seu dia a dia, segundo Jardimino e Araújo (2014), é resultado da necessidade de procurar caminhos que sejam capazes de garantir meios financeiros satisfatório para o amparo de sua família.

Em relação às horas de trabalho, 64% alunos responderam que não trabalham, 16% responderam que não têm uma jornada fixa, 12% afirmaram que trabalham oito horas diárias e 8% alunos marcaram o item “outros”.

Gráfico 7 – Horas trabalhadas

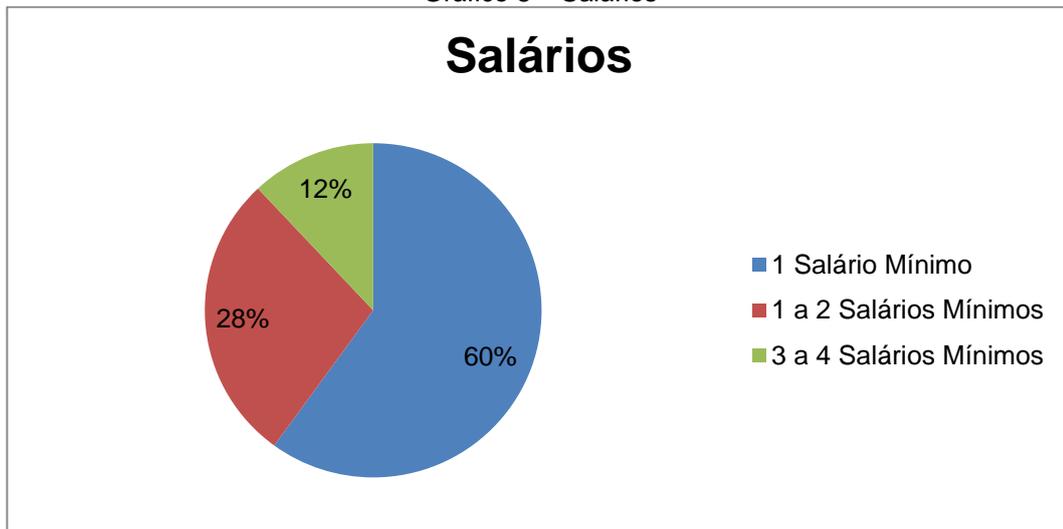


Fonte: Elaboração da autora (2020).

Quanto à renda mensal, 60% alunos declararam que possuem renda inferior a um salário mínimo; 28% afirmaram ter renda de um a dois salários mínimos; 12% alunos disseram ter a renda de três a quatro salários mínimos (Gráfico 8).

A luta pela sobrevivência tem sido uma das razões que favorecem a sujeição dos estudantes a empregos informais, com jornadas extensas e salários baixos. Segundo Soares (2011), os alunos relacionam o trabalho como uma obrigação de conseguir bens para o consumo próprio e da família.

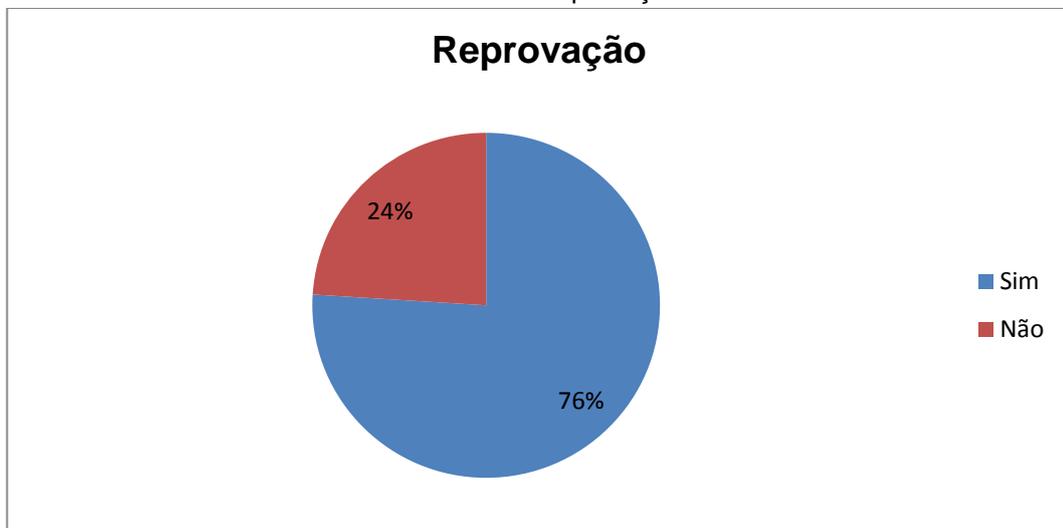
Gráfico 8 – Salários



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Sobre reprovação em alguma série/ano durante o Ensino Fundamental, antes de frequentarem a EJA, 76% alunos afirmaram sim e 24% responderam não, de acordo com o Gráfico 9.

Gráfico 9 – Reprovação



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Vale destacar que, dos 76% alunos que responderam sim, 32% afirmaram terem reprovado somente uma vez; 32% afirmaram duas vezes; 21% disseram terem ficado reprovado três vezes; 10% confirmaram quatro vezes e somente 5% dos alunos afirmaram ter ficado reprovado cinco vezes.

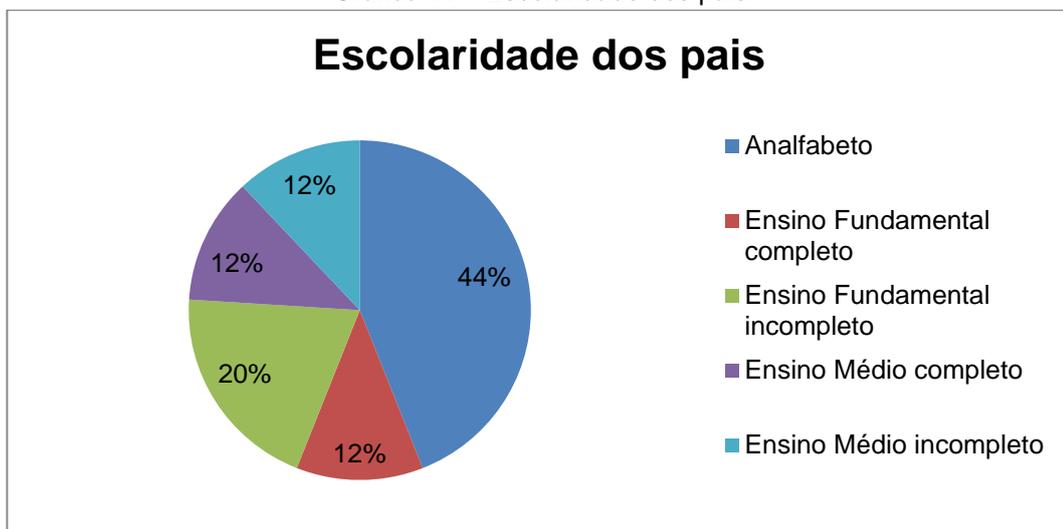
Gráfico 10 – Quantidade de reprovação



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Outro aspecto importante apontado e enfatizado ocorre em relação à escolaridade dos pais: 44% alunos responderam ter pais analfabetos; 12%, que os pais têm Ensino Fundamental completo; 20%, que seus pais possuem Ensino Fundamental incompleto; 12%, que os pais possuem Ensino Médio completo e 12% responderam que os pais frequentaram o Ensino Médio, mas não o completaram.

Gráfico 11 – Escolaridade dos pais



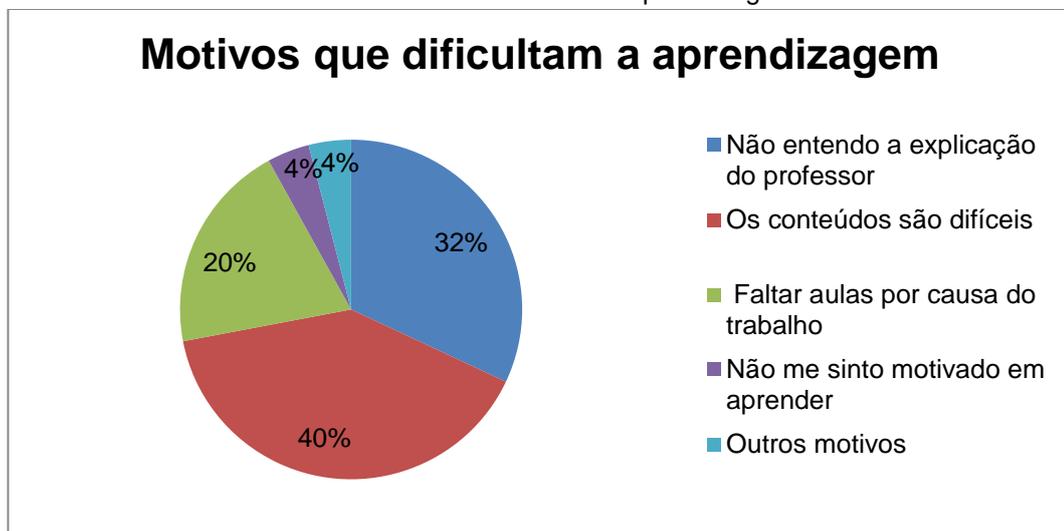
Fonte: Elaboração da autora (2020).

Portanto, Ghedin (2011) admite que os estudantes com baixa escolaridade são arduamente empurrados para uma economia informal, como escolha para a

sobrevivência. No entanto, a sociedade acaba esquecendo que esses alunos estão defasados na relação idade/série.

Quanto aos motivos que dificultam a sua aprendizagem, 32% alunos responderam que não entendem a explicação do professor; 40%, que os conteúdos são difíceis; 20% declararam que o motivo é faltar aulas por causa do trabalho; 4% responderam não se senti motivado em aprender e 4% aluno marcaram o item “outros motivos”, expressados no Gráfico 12.

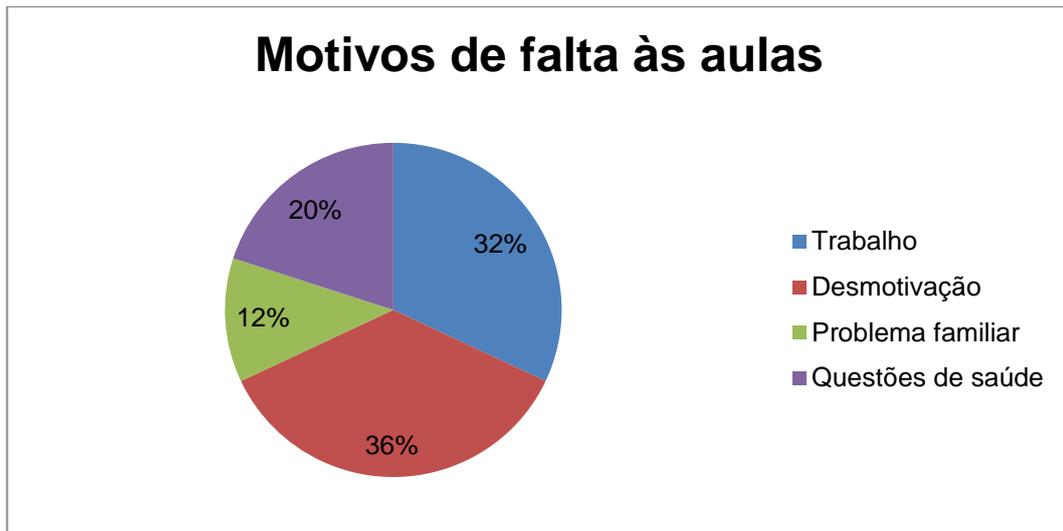
Gráfico 12 – Dificuldades na aprendizagem



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Sobre o motivo de falta às aulas, dos 25 alunos entrevistados, 32% responderam que é por motivo de trabalho; 36% responderam que é por desmotivação; 12% responderam que faltam por problemas familiares e 20%, por questões de saúde, demonstrados no Gráfico 13.

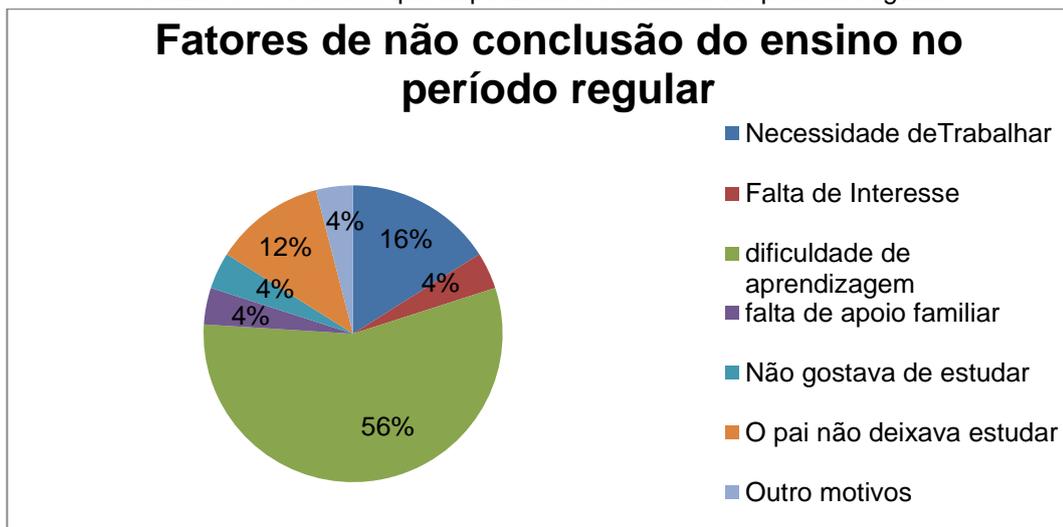
Gráfico 13 – Falta às aulas



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Relativamente aos fatores de não conclusão do ensino no período regular, 16% alunos responderam ser a necessidade de trabalhar; 4% responderam que é falta de interesse; 56% responderam que foi a dificuldade de aprendizagem; 4% dos alunos declaram que foi a falta de apoio familiar; 4% não respondeu; 12% afirmaram que os pais não os deixavam estudar e 4% dos alunos marcaram a opção “outros”. Os referidos dados constam no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Fatores que impediram a conclusão no período regular

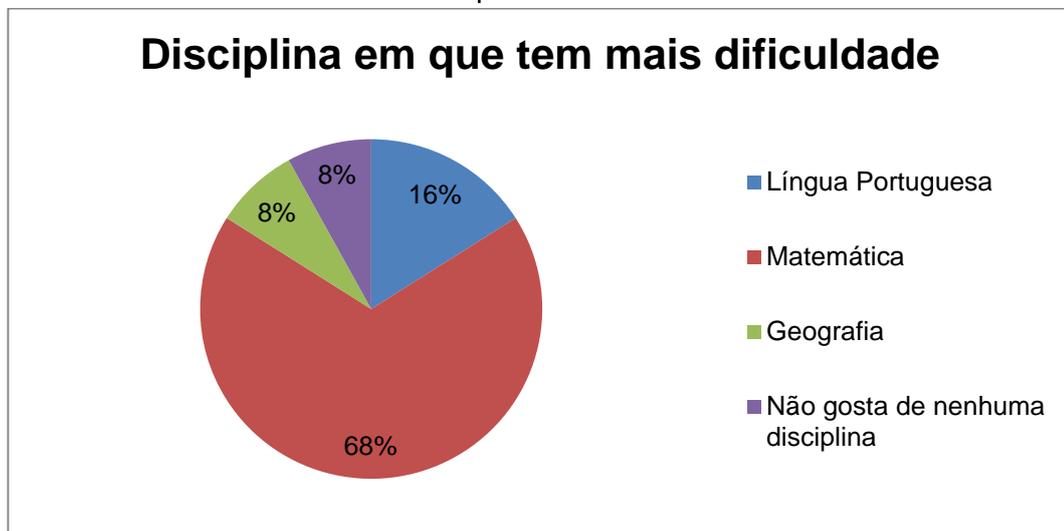


Fonte: Elaboração da autora (2020).

Os alunos abandonam a escola precocemente em consequência da renda familiar e, por não terem aptidão, acabam não se enquadrando no perfil de trabalhador que a sociedade exige.

Sobre a disciplina em que têm mais dificuldade, 16% alunos responderam que é Língua Portuguesa; 68% Matemática; 8% responderam que é Geografia e também 8% alunos responderam que não gostam de nenhuma disciplina, expressos no Gráfico 15.

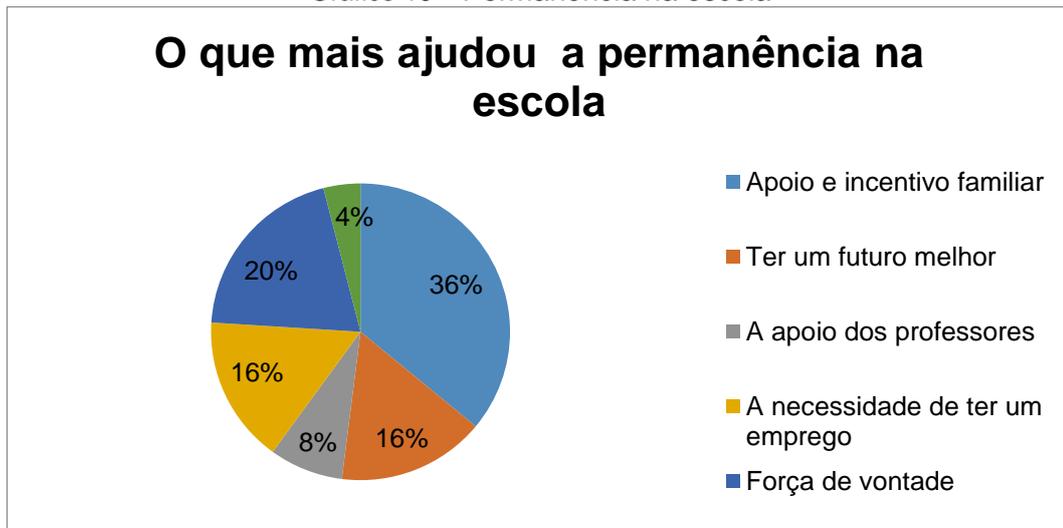
Gráfico 15 – Disciplina com mais dificuldade



Fonte: Elaboração da autora (2020).

O Gráfico 16, nos mostra em relação ao que mais o ajudou na sua permanência na escola e contribuiu para que não desistisse de estudar, 36% alunos responderam que foi o apoio e o incentivo da família; 16%, para ter um futuro melhor; dois declararam que foi o apoio dos professores; 16%, a necessidade de ter um emprego; 20% dos alunos responderam que foi a força de vontade e 4% responderam o item “nada” de acordo com o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Permanência na escola

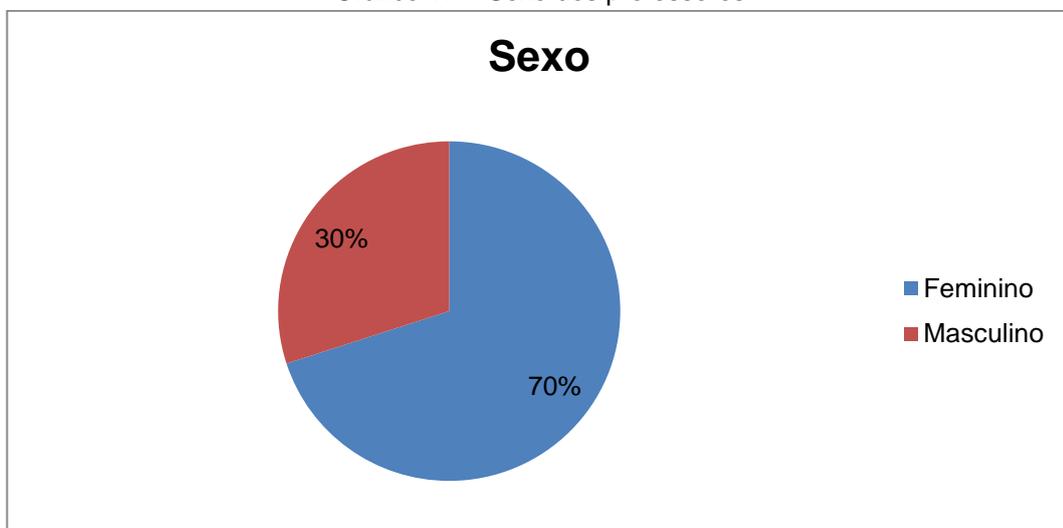


Fonte: Elaboração da autora (2020).

Um questionário com nove perguntas foi aplicado aos professores da EJA, respondido dez profissionais, conforme os dados do Gráfico17, configurando 70% do sexo feminino e 30%, do masculino.

Para Almeida (2006), a feminização do ensino no Brasil ocorreu enquanto o setor educacional se expandia quantitativamente, juntamente com o discurso de progresso do país. De acordo a autora, a dificuldade ter acesso a outras profissões fez do magistério a opção mais apropriada pra as mulheres, reforçada pelos atributos de missão e vocação, bem como pela continuidade do trabalho em casa.

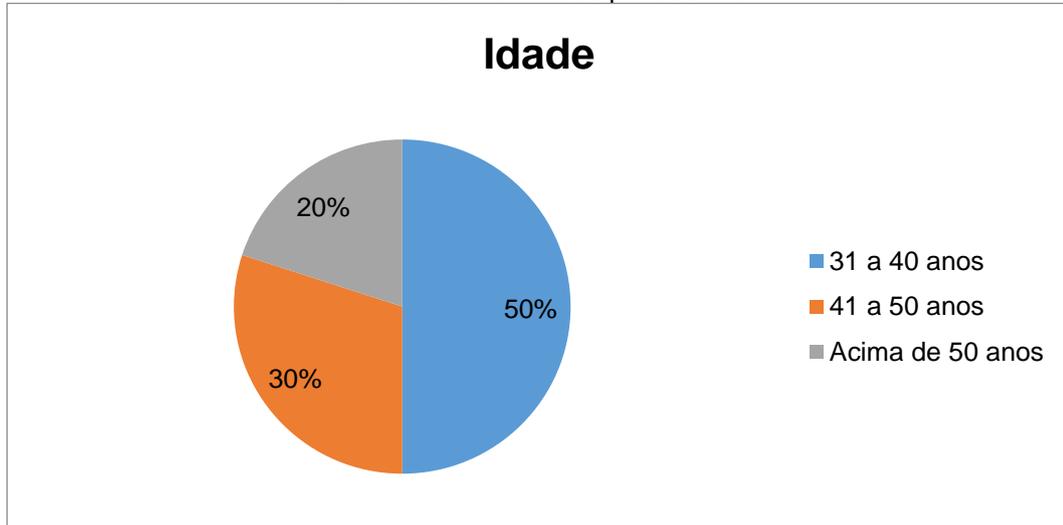
Gráfico 17 – Sexo dos professores



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Quanto à idade dos professores, 50% estão situados na faixa etária entre 31 a 40 anos; 30%, entre 41 a 50 anos e 20%, acima de 50 anos, conforme representado no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Idade dos professores



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Sobre formação acadêmica dos professores, 90% têm especialização e somente 10% tem mestrado, revelado no Gráfico 19.

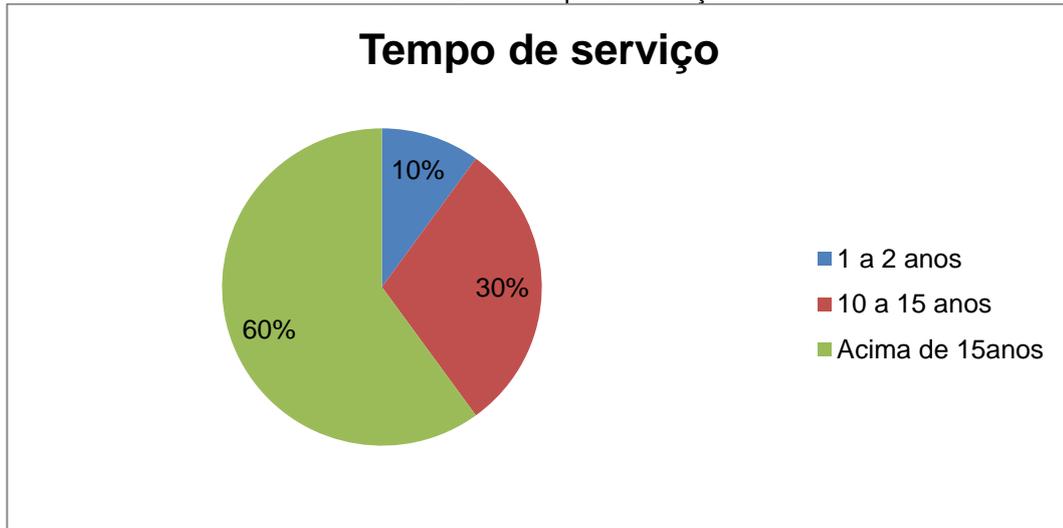
Gráfico 19 – Formação acadêmica dos professores



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Relativamente ao tempo de serviço no magistério, registramos 10% professor com um a dois anos de magistério; 30% dos professores com 10 a 15 anos e 60%, acima de 15 anos, como mostra o Gráfico 20.

Gráfico 20 – Tempo de serviço



Fonte: Elaboração da autora (2020).

Em relação ao tempo de atuação nas disciplinas que lecionam na EJA, o Quadro 6 mostra o seguinte resultado:

Quadro 6 – Tempo de atuação nas disciplinas na EJA

DISCIPLINA	TEMPO DE SERVIÇO
Matemática	15 anos
Língua Portuguesa	10 anos
Ciências	8 anos
Geografia	5 anos
História	7 anos
Artes	2 anos
Inglês	5 anos
Educação Física	7 anos
Base Nacional comum (1ª a 4ª etapa)	15 anos

Fonte: Elaboração da autora (2020).

1- Principais dificuldades encontradas na EJA pelos professores:

- falta de estímulo, de motivação, de compromisso;
- falta de material didático adequado para EJA e de projetos de incentivo por parte dos órgãos competentes;
- baixa frequência dos alunos;
- dificuldade na aprendizagem;
- currículo não apropriado para EJA.

2- Quanto aos principais motivos da evasão escolar em turmas da EJA, os professores listaram os seguintes motivos:

- dificuldades no horário, pois não é flexível;
- falta de incentivo por partes dos órgãos competentes;
- baixa renda financeira;
- cansaço devido à jornada de trabalho;
- falta de acompanhamento dos conteúdos;
- falta de motivação e a dificuldade de conciliar trabalho e estudo.

3- Em relação ao tipo de avaliação que os professores utilizam para verificar a aprendizagem de seus alunos:

- provas descritivas;
- atitudinal;
- participação nas aulas;
- trabalhos;
- pesquisas;
- exercícios.

4- Sobre a modalidade de ensino EJA e sua contribuição para transformar a vida de seus alunos, os professores destacaram que:

- os estudos sempre são transformadores;
- melhora a autoestima e o aprendizado;
- é preciso atender à exigência do mercado de trabalho;
- é necessário concluir o ensino superior após a EJA;
- amplia o conhecimento para a vida;
- torna os alunos em cidadãos críticos, democráticos, participativos e pensantes.

A importância que o homem tem em estar alfabetizado, atualizado e por dentro das atuais condições que o mundo vem a exigir faz com que ele tenha um papel na EJA, considerando a dificuldade da alfabetização de adultos desde o Brasil Colônia. Nesse processo histórico, desde as mudanças na sociedade na década de 1930, o sistema de ensino de educação começou a se firmar e então a educação básica de adultos a

se estabelecer, tendo como foco principal o indivíduo inserido na sociedade, plenamente alfabetizado, usufruindo os benefícios que isso traz para a sua vida, como cidadão participativo e consciente de seus deveres e direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que deu origem a esta dissertação teve como objetivo identificar os motivos que causam a evasão escolar na EJA, bem como relatar os fatores que motivaram os estudantes a abandonarem seus estudos. Também objetivou elaborar projeto de intervenção com sugestões para manter os alunos na escola, bem como resgatar os alunos evadidos, o que possibilitou perceber que essa modalidade de ensino, em seu contexto histórico, enfrentou inúmeras lutas, nos diversos campos — prático, teórico e político —, passando por discussões acaloradas e opiniões divergentes. No entanto, ao longo dos anos, a modalidade foi se reestruturando e buscando cada vez mais atender a cada nova demanda que surgiu nos mais diversos aspectos — históricos políticos e socioeconômicos —, de acordo com as mudanças da sociedade brasileira.

A presença de um desempenho inapropriado nos mecanismos da prática pedagógica de alguns professores tem acarretado dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, o que incorre em desafios nessa modalidade. Os programas também passaram a se preocupar com as questões físicas dos indivíduos, como no caso dos alunos da EJA menos assistidos, dos que exercem normalmente trabalho extenuantes e árduos que, cansados, têm muitas dificuldades na aprendizagem, o que também provoca a evasão escolar na EJA.

Portanto, a partir desta pesquisa, foi possível verificar que é um grande desafio desenvolver um trabalho que desperte a motivação dos jovens e adultos, na sua maioria trabalhadores. No caso do público desta pesquisa, são 100% da zona rural, o que contribui para apresentarem também cansaço, desinteresse e desânimo. Foi importante problematizar as relações pedagógicas constituídas entre os alunos jovens e adultos e os profissionais da escola, a fim de refletir sobre o sentido da EJA para eles.

Portando, os desafios da EJA são inúmeros, entre os quais o de conseguir que os alunos voltem à escola, pois ficou claro o grande índice de evasão. Outro desafio é localização da escola o mais próxima possível das suas residências ou do local de trabalho, o que facilitará sua frequência com mais assiduidade, pois há a demanda

pela permanência dos estudantes na escola, para que possam concluir a educação básica.

Foi realmente na EJA que a educação popular contribui muito para atender as reivindicações de melhorias de apelo popular e de novo é importante lembrar que, antes do aparecimento da Educação de Jovens e Adultos, outros movimentos da sociedade civil lutavam contra o analfabetismo, mas foi muito importante o surgimento de um quadro educacional dedicado exclusivamente ao público adulto.

Vale ressaltar que a EJA é uma modalidade que requer de todos os professores e especialistas envolvimento e dedicação no seu fazer pedagógico e na sua tarefa de educar, para que os jovens e adultos tenham realmente crença no professor e na sua ação educativa.

Se analisarmos o que foi pesquisado nas modalidades de EJA, a educação ainda está pouco consolidada, pois existe uma luta histórica, que procura ainda o reconhecimento e o respeito, dentro de uma educação formal, porém de uma composição diferente e universal com uma reconfiguração do compromisso do Estado.

Esse processo de educar através de novo modelo começa a ganhar forma, diferentemente do que antes existia, com uma educação de jovens e adultos mais completa, analisando o sujeito, seu modo de aprender, sua experiência de vida, seu ambiente, pois agora existe uma modalidade específica que deve ser desenvolvida plenamente.

O conhecimento é importante para a consolidação do desenvolvimento do aluno da EJA, porém ele deve ser associado ao conhecimento de mundo, para que possa construir as interpelações entre o conhecimento escolar e a relação com seu cotidiano e com sua vivência, de forma que construa sua identificação com os contextos que permeiam a sociedade em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam (Coord.); CASTRO, Mary Garcia; WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: por que frequentam?** Brasília/DF: Flacso-Brasil; OEI, MEC, 2015.
- AGUIAR, Raimundo Helvécio Almeida. **Educação de adultos no Brasil: políticas de (des) legitimação.** 2001. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX.** in: SAVIANI, Demerval, et al. **O Legado educacional do século XX no Brasil.** São Paulo: Autores Associados, 2006
- ANDRADE, Vanessa dos Santos Batista de. **EJA e auto-estima: Educação de Jovens e Adultos transformando vidas.** 2008. 33 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2008.
- ANDRÉ, Marli. **Pedagogia das diferenças em sala de aula.** São Paulo: Papirus, 2012.
- ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In:* GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino; SOARES, Leôncio (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis: Vozes, 2011.
- AZEVEDO, Francisca Vera Martins de. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Exedito Alves”- 2013.** Disponível em: http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2. Acesso em: 5 jun. 2019.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação.** Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto Alegre: Porto Editora, 2013.
- BONETI, Lindomar Wessler (Coord.) **Educação, exclusão e cidadania.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.
- BORGES, Liana. O EJA de Porto Alegre. *In:* GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Educação de Jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 97-99.
- BRANDÃO, Zaia *et al.* **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

BRASIL. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil**: lições da prática. Brasília: UNESCO, 2008a. Educação n. 129, jan. 2008. São Paulo: Editora Segmento. p. 4-30.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB11/2000 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). Brasília, 2000.

BRASIL. **Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**: Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Documento Base Nacional. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília, 2008b, p. 1-8. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docbase.pdf>. Acesso em:< 01 jul. 2019.

BRASIL. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)** / Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_nacional_preparatorio_VI_CONFINTEA.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **LDB – Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação de jovens e adultos**: parâmetros em ação. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. ed. Espírito Santo: Vitória, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf> Acesso em: 10. Agosto de 2019.

BRASIL. Movimento Brasileiro de Alfabetização. **Documento básico Mobral**. Rio de Janeiro, 1973.

CEARON, Nelcida Maria. **Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – visão do aluno**: uma experiência no sul da Bahia. -Salvador: EDUNEB, 2011.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar**: causas e consequências. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/SEED/PR, 2008.

COIMBRA, Ivanê Dantas. A inclusão do portador de deficiência visual na escola regular: alguns desafios. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 11, n. 17, p. 45-55, jan./jun., 2002.

COLL, César *et al.* **Os conteúdos na Reforma**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociedade** 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Direito da criança e do adolescente: direito fundamental à educação.** Presidente Prudente, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, Autores associados, 1988.

FREIRE, Paulo. A. **educação na cidade.** 4 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos: um cenário possível para o Brasil.** São Paulo: Paiva, 2017.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio. História da alfabetização de adultos no Brasil. *In:* ALBUQUERQUE, Eliana; LEAL, Telma (Org.). **Alfabetização de Jovens e Adultos: em uma perspectiva de letramento.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 27-58.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro Franco. **Questões de método na construção da pesquisa em educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em Formação. Série saberes pedagógicos).

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; DUARTE, Aldimar Jacinto. **Educação de jovens e adultos (EJA): escola e o trabalho na mediação entre o presente e o futuro.** *In:* REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., Caxambu, 2008. Anais [...].Caxambu, 2008.

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de educação,** São Paulo, v. 12, n. 35, p. 197-211, maio/ago. 2007.

HADDAD, Sérgio. Por uma nova cultura na Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local. *In:* HADDAD, Sérgio (Coord.) **Novos Caminhos em Educação de Jovens e Adultos - EJA: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras.** São Paulo: Global, 2007.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos:** São Paulo: CEDI, Ação Educativa, 2000.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

HISTÓRIA do município. Disponível em: <<http://www.presidentekennedy.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>>. Acesso em: 6 maio 2019.

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. **Educação de jovens e adultos**: sujeitos, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamento de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011. p.86.

MAEYER, Marc de. Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida? *In*: MAEYER, Marc de. **Alfabetização e Cidadania**. 2006. p. 17-27. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001465/146580por.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MAGALHÃES, Vanessa Nogueira de Souza. **A evasão escolar de jovens e adultos**. 2013. 41 f. Monografia(Especialização em Coordenação Pedagógica) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Caminhos pedagógicos da educação Inclusiva. *In*: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa GITANA Krob (Org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 79-94.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica**: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos no Piauí – 1971 a 2002**. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. **Anais [...]**. Natal: EDUFRN, 2002. v. único. p. 89-90.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA**. Curitiba: UFPR, 2007.

OLIVEIRA, Marcia Cristina de; PAULA, Cláudia Regina de. **Educação de jovens e adultos, educação ao longo da vida**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

OLIVEIRA, Marta K. **Educação como exercício de diversidade**: jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Brasília: UNESCO; MEC; ANPED 2007, p. 3-8.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de; EITERER, Carmem Lúcia **Evasão escolar de alunos trabalhadores na EJA**. Cefet - MG, 2012.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva. **Evasão Escolar de Alunos Trabalhadores na EJA**). Universidade Federal. Minas Gerais, 2010.

OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. Educação de Jovens e Adultos: o direito à educação. *In*: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL – COLE, 16., SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 10., Campinas, 2007. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2007.

Disponível em: http://www.alb.com.br/anais16/prog_pdf/prog01_01.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre; DIAS, Leticia Pereira; BARROS, Rafaela de Angelis. Educação e escola e a trajetória da educação de jovens e adultos. **Revista Percursos – NEMO**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 133- 151, 2013.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Projeto político pedagógico**, 2019.

QUEIROZ, Lucineide Domingos. Um estudo sobre evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002, **Anais [...]**. Caxambu, 2002.

RODRIGUES, Zwinglio. Educação de jovens e adultos no Brasil: considerações históricas e legislativas. *In*: **Só Pedagogia. Virtuosa Tecnologia da Informação**, 2008-2020. 2011. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/historicoelegislativo/index.php?pagina=0>. Acesso em: 18 jan. 2020.

SANTOS, Priscila Galvão. **A evasão escolar na EJA**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

SILVA, Diana de Cássia. **O processo de escolarização no tempo de Mariana (1772-1835)**. 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Natalino Neves da. Educação de Jovens e Adultos: alguns desafios em torno do direito à educação. **Paidéia**, Belo Horizonte, ano 6, n. 7, p. 61-72, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/download/951/722>. Acesso em: 11 jul.2019.

SIMÕES, Renata Duarte. **Evasão e permanência na educação de jovens e adultos: o papel da escola nesses processos**. Texto disponibilizado em 6 out. 2017. *In*: Pensar a educação em pauta. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/evasao-e-permanencia-na-educacao-de-jovens-e-adultos-o-papel-da-escola-nesses-processos/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SOARES, Leôncio. Analisando pesquisas de Educação de Jovens e Adultos. *In*: SOARES, Leôncio (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 15-22. (Coleção Estudos em EJA, 11).

SOUZA, Ângela Mirtes. **Análise dos Possíveis Determinantes de evasão/Exclusão Escolar dos alunos da EJA**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008.

SOUZA, João V. A. de. (Org.). **Formação de professores para a educação básica: dez anos de LDB**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Org.). **História e memórias da educação no Brasil** - Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

TEODORO, António. **Globalização e educação**: políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez Editora, 2011. (Coleção Prospectiva).

VERHINE, Robert Evan; MELO, Ana Maria Pita de. Causas do fracasso escolar: o caso do estado da Bahia no Brasil. **Biblioteca de Educação e Desenvolvimento de ONGs, Perspectivas**, v. 18, n. 4, p. 557-568, 1988.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DA EJA

1) SEXO

Feminino Masculino

2) QUAL A SUA IDADE?

15 a 18 anos 19 a 22 anos 23 a 26 anos

27 a 30 anos Acima de 31 anos

3) QUAL O SEU ESTADO CIVIL?

Solteiro Casado Viúvo

Divorciado Outros

4) ONDE VOCÊ MORA?

ZONA RURAL ZONA URBANA

5) QUAL A LOCALIDADE? _____

6) SUA FAMÍLIA PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA?

Cesta Básica Bolsa Família Ticket Feira

Bolsa Escola Não Participo

7) EM QUE VOCÊ TRABALHA?

Não trabalho.

Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.

Na construção civil.

Trabalho fora de casa em atividades informais como: pintor, eletricista, encanador, feirante.

Faço trabalho doméstico como: cozinheiro(a), babá, faxineiro, acompanhante de idosos (as).

outros.

8) VOCÊ TRABALHA QUANTAS HORAS DIARIAMENTE?

Não trabalho. Não tenho uma jornada fixa.

4 horas diárias. 6 horas diárias.

8 horas diárias. Outras _____

9) QUAL A RENDA FAMILIAR MENSAL, APROXIMADAMENTE?

- Menos de 1 salário mínimo (-998,00)
 De 1 a 2 salários mínimo (de 998,00 a 1.996,00)
 De 3 a 4 salários mínimo (de 2.994 a 3.992,00)
 Acima de 5 salários mínimos (+ de 4.990,00)

10) HOUVE REPROVAÇÃO EM ALGUMA SÉRIE/ ANO DURANTE O FUNDAMENTAL? (ANTES DA EJA)

sim não Se sim, quantas vezes? _____

11) QUAL A ESCOLARIDADE DOS PAIS?

- Analfabeto Ensino Fundamental Incompleto
 Ensino Fundamental completo Ensino Médio incompleto
 Ensino Médio completo Ensino Superior incompleto
 Ensino superior Completo

12) QUAIS OS MOTIVOS QUE DIFICULTAM A SUA APRENDIZAGEM?

- Não entendo a explicação do professor
 Os conteúdos são difíceis.
 Faltar aulas por causa do trabalho.
 Não me sinto motivado em aprender.

13) QUAL O MOTIVO DAS FALTAS ÀS AULAS?

- Trabalho Desmotivação
 Problema familiar Questões de saúde

14) QUAIS FORAM OS FATORES QUE LEVOU VOCÊ A NÃO CONCLUIR O ENSINO NO PERÍODO REGULAR?

- A necessidade de trabalhar A falta de interesse
 A dificuldade de aprendizagem Notas baixas
 Falta de apoio familiar Não gostava de estudar
 Outro _____

15) QUAL A DISCIPLINA EM QUE VOCÊ TEM MAIS DIFICULDADE?

16) O QUE MAIS AJUDOU NA SUA PERMANÊNCIA NA ESCOLA E CONTRIBUIU PARA QUE VOCÊ NÃO DESISTISSE DE ESTUDAR?

Obrigado por contribuir com a melhoria do nosso trabalho.

Sua opinião é muito importante para nós!

|

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

1) SEXO: () Feminino () Masculino

2) IDADE:

() Até 25 anos () 26 a 30 anos () 31 a 40 anos

() 41 a 50 anos () acima de 50 anos

3) FORMAÇÃO ACADÊMICA:

() Ensino Médio () Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo () Especialização

() Mestrado () Doutorado

4) HÁ QUANTO TEMPO ATUA NO MAGISTÉRIO?

() 1 a 2 anos () 3 a 5 anos () 6 a 9 anos

() 10 a 15 anos () Acima de 15 anos

5) QUAL A DISCIPLINA QUE LECIONA? E HÁ QUANTO TEMPO ATUA NA EJA?

6) QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EJA?

7) PARA VOCÊ QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS MOTIVOS DA EVASÃO ESCOLAR EM TURMAS DA EJA?

8) QUE TIPO DE AVALIAÇÃO VOCÊ ADOTA PARA VERIFICAR A APRENDIZAGEM DE SEUS ALUNOS?

9) DE QUE FORMA A MODALIDADE DE ENSINO EJA, PODE CONTRIBUIR PARA TRANSFORMAR A VIDA DE SEUS ALUNOS?

Agradeço a sua contribuição!

APÊNDICE C – PROJETO DE INTERVENÇÃO

No decorrer desta pesquisa, foi possível perceber que há enorme fragilidade dos alunos na EJA e que professores e equipe pedagógica exercem uma função muito importante na vida escolar deles, podendo contribuir de forma significativa no processo de ensino e aprendizagem desses alunos, visando melhorar a capacidade de mantê-los na escola e de resgatar os evadidos.

Nesse contexto, projetou-se então a criação de um guia de sugestões com algumas práticas pedagógicas que podem ser potencializadas por esses profissionais. Assim, foi feita uma seleção de atividades de alguns autores que contribuíram para essa elaboração, entre os quais Carmo (2013), Carvalho (2017), Pinto (2019) e outros permeando este guia.

Por tanto, Carmo (2013) declara que a escola e as pesquisas executadas por estudiosos da educação têm a obrigação de procurar compreender a permanência dos alunos na escola, e não somente a evasão. Seguem as 3 (três) orientações com suas subdivisões abaixo:

1 PLANO DE TRABALHO COM A EJA

PROBLEMÁTICA	METAS	AÇÕES	RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO
EVASÃO NA EJA	<ul style="list-style-type: none"> . Reduzir o índice de evasão escolar; . Conscientizar sobre a evasão escolar e suas consequências na vida profissional; . Contribuir na motivação e aumentar a autoestima dos alunos; 	<ul style="list-style-type: none"> . Controlar a frequência dos alunos; . Visitar a residência dos alunos para conhecer a realidade; . Criar um contato efetivo e pedagógico com o aluno; . Dialogar com os alunos predispostos a evadir-se; . Promover palestras motivacional; . Ligar para alunos infrequentes; . Estabelecer momentos de socialização com debates e depoimentos; 	<ul style="list-style-type: none"> . Professores . Diretora . Equipe pedagógica . Equipe multidisciplinar

		<ul style="list-style-type: none"> . Revisar o projeto pedagógico; . Revisar a proposta pedagógica e a metodologia; . Investir em capacitação para os professores; . Adequar o currículo da EJA; . Diversificar o ensino em sala de aula; . Usar a tecnologia em sala de aula; . Estimular a participação e a interação dos alunos em sala; . Proporcionar aos alunos aulas mais interessantes; . Identificar os motivos da evasão; . Divulgar anualmente os dados estatísticos referente à evasão escolar; . Criar programas e projetos de combate as drogas; 	
--	--	---	--

Fonte: Elaboração da autora (2020).

2- ESTRATÉGIAS PARA DIMINUIR A EVASÃO ESCOLAR

Pinto (2019, p. 10) afirma:

Por fim, apresentamos sete iniciativas que o ajudarão a tornar sua instituição de ensino um espaço interessante e acolhedor, que estimule a criatividade e que dê voz ao corpo estudantil, desestimulando a evasão escolar. Entre elas, destacamos o mapeamento dos pontos que precisam ser melhorados na escola; a capacitação e valorização dos educadores; e a utilização de novas tecnologias.

Assim, ele enfatiza seis práticas que podem contribuir para evitar evasão na EJA, a saber:

2.1 MAPEAR OS PONTOS FRACOS DA ESCOLA

Ele aborda que é importante a escola mapear e analisar os pontos da escola que precisam ser melhorados, como a infraestrutura física, bem como o uso de tecnologia na sala de aula, a necessidade de capacitação de professores e outros.

2.2 REAVALIAR A METODOLOGIA E A PROPOSTA PEDAGÓGICA

A equipe pedagógica deve avaliar a eficácia do método de ensino que está sendo empregado, ouvir a opinião que os alunos pensam sobre o currículo; deve avaliar se as aulas e as atividades agregam conhecimento, despertam seu interesse e sua curiosidade, com o intuito de buscar maneiras de tornar as disciplinas mais atraentes, de forma que os alunos possam aplicá-las e relacioná-las a seu dia a dia.

2.3 EMPREGAR A TECNOLOGIA COMO TRAMPOLIM PARA O APRENDIZADO

Os professores devem usar tecnologia nas suas aulas para canalizar a atenção, a comunicação e a curiosidade dos alunos para os assuntos abordados. Pinto (2019, p.12) enfatiza:

A tecnologia é para alguns uma grande vilã, para outros, a salvadora da pátria. Seja como for, podemos concordar que a conectividade da web, as redes sociais e os smartphones vieram para ficar. Em vez de lutar contra essa avalanche irreversível, os educadores podem utilizá-la a seu favor. [...] Tudo depende de como a abordagem é feita. [...] Entretanto, é válido lembrar que a tecnologia não é um fim, e sim um caminho para chegar até um objetivo, que é a compreensão do conteúdo ministrado.

2.4 INVESTIR EM CAPACITAÇÃO PARA O CORPO DOCENTE

É importante que os professores tenham capacitação e disposição para melhorar sua prática.

A forma de abordar e transmitir conhecimento por meio de recursos tecnológicos que não existiam há algumas décadas deve ser um foco de constante debate e trocas entre a equipe docente. Não se trata de algo pontual, mas sim de um debate constante, no qual a comunidade, os próprios alunos e seus pais devem ser envolvidos (PINTO, 2019, p. 12).

2.5 REALIZAR PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Trabalhar com projetos interdisciplinares promove, na EJA, a integração dos conteúdos das diversas disciplinas que se complementam. Os conteúdos das disciplinas servem de apoio mútuo ao aprendizado contextualizado, o que rompe as fronteiras disciplinares, mantendo, porém, a identidade de cada área do conhecimento.

O aluno precisa perceber uma conexão real entre o que aprende e o contexto no qual vive. Uma maneira de proporcionar essa ligação é investindo em projetos interdisciplinares e até interclasse. Eles fomentam o engajamento dos alunos e criam um campo de debate positivo, fazendo com que haja uma construção efetiva de conhecimento (PINTO, 2019, p.13).

2.6 CONTROLAR A FREQUÊNCIA DO ALUNO E EVITAR PUNIÇÕES

É muito importante que haja controle da presença e das faltas do aluno, com o propósito de se manter ciente da situação e ficar pronta para agir quando necessário, para evitar evasão.

Geralmente, muitos fatores contribuem para que o aluno pare de frequentar a escola. Conseguir identificar esse processo demanda atenção e conhecimento de cada estudante, bem como uma postura proativa. [...] Punir caso se descubra que o aluno está “matando aulas” não é uma boa abordagem, pois aumenta ainda mais a distância entre o aluno e a escola, agravando o problema. O ideal é, com acompanhamento pedagógico e psicológico, descobrir o que está causando o problema in loco. A escola não deve se posicionar “contra” o aluno, e sim tomar uma atitude de parceria, de proximidade (PINTO, 2019, p. 14).

3- FILMES NA EJA

Fazer uso de filmes nas práticas escolares da EJA oportuniza os professores utilizar instrumentos de grande relevância e implicação no ensino e na aprendizagem dos alunos, pois, com isso, estão potencializando a ampliação de conhecimentos e viabilizando múltiplas articulações no âmbito da educação, além de integrar as múltiplas linguagens, promovendo uma reflexão e também oportunizando mudanças no seu fazer pedagógico, no modo de ensinar e de aprender dos jovens e adultos. Carvalho (2017, p.10) esclarece:

O uso de vídeos e filmes em sala de aula surge como ferramentas que oportunizam a socialização, a aprendizagem e o desenvolvimento de diversos conhecimentos e habilidades. Destaca-se que é de fundamental importância traçar os objetivos e metas que deverão ser cumpridos na aula, bem como a importância do papel do professor, que deve atuar como mediador para que os estudantes compreendam o objetivo de tal escolha.

Vale ressaltar que filmes atraem a atenção e o interesse dos alunos. Nesse contexto, seguem algumas sugestões de filmes para jovens e adultos:

- PRO DIA NASCER FELIZ – É um filme que aborda as diferentes situações que jovens de 14 a 17 anos, de classe ricas e pobres, enfrentam no interior da escola: o preconceito, a precariedade, a violência e também a esperança.
- FOREST GUMP – É um filme que retrata um homem considerado estúpido pelas pessoas que o conhecem, mas, na verdade, ele é apenas uma pessoa ingênua que possui uma visão do mundo por uma perspectiva diferente. Ele participa de alguns dos momentos mais importantes da história dos Estados Unidos, como a Guerra do Vietnã, tentando ir atrás do grande amor de sua vida. É uma história surpreendente, com drama e bom humor.
- NUNCA ME SONHARAM – É um filme para jovens e adultos, pois retrata o Ensino Médio brasileiro, apresentando vários depoimentos de jovens, de especialistas e de professores.

Carvalho (2017, p.12) afirma que o aluno da EJA

[...] deve ser concebido como sujeito que compartilha e constrói conhecimentos, tendo em vista que a linguagem é interação, processo interacional entre sujeitos que usam a língua para ser comunicar, reconhecendo a liberdade de cada pessoa e o seu direito de expressar. Além disso, devemos considerar a linguagem como capacidade humana de comunicação, seja ela múltipla, simbólica, verbal, gestual, etc., em que define nossa identidade e a capacidade de sermos seres sociáveis.

Vale ressaltar que, após a conclusão desta pesquisa, este guia será potencializado de forma que faremos sua apresentação à Secretaria Municipal de Educação) SEME, à equipe pedagógica e aos professores da EJA que fizeram parte deste trabalho.

REFERÊNCIAS

HENKLAIN, Marcelo Henrique Oliveira and CARMO, João dos Santos. **Contribuições da análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2013, vol.43, n.149.

CARVALHO, Ana Carolina de Souza. **Importância da inserção de filmes e vídeos na prática docente no ensino fundamental I.** [S.l], p.1-26, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/pedagogia/files/2017/12/Import%C3%A2ncia-da-Inser%C3%A7%C3%A3o-de-filmes-e-v%C3%ADdeos-na-pr%C3%A1tica-docente-no-Ensino-Fundamental-I.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

PINTO, Diego de Oliveira. **Veja as sete melhores estratégias para diminuir a evasão escolar.** Texto disponibilizado em 2 out. 2019. *In*: Lyceum. Disponível em: <https://blog.lyceum.com.br/estrategias-para-diminuir-a-evasao-de-alunos/> Acesso em: 25 janeiro. 2019.

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ASSINADA PELA DIREÇÃO ESCOLAR



PRESIDENTE KENNEDY
RUA ATILA VIVACQUA, 79 - CENTRO - PRESIDENTE
KENNEDY - ES - 29350-000 - (28)35351363

BARRETO DE ARAÚJO"

JAQUEIRA, S/Nº - CENTRO - PRESIDENTE KENNEDY - ES -
29350-000 - (28)35353033 - epgjaqueira@hotmail.com

Nome da Escola: EMEIEF DE JAQUEIRA "BERY BARRETO DE ARAÚJO"
Endereço: RUA PROJETADA - JAQUEIRA - PRESIDENTE KENNEDY - ES
E-mail: epgjaqueira@hotmail.com
Ato de Criação:
Ato de Aprovação:

Telefone: (28)35353033

Data:

Data:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY
EMEIEF DE JAQUEIRA "BERY BARRETO DE ARAÚJO"
ATO DE CRIAÇÃO POR T.E. N.º 2762 DE 27/02/2019 (INFANTIL/PRÉ-ESCOLAR)
ATO DE APROVAÇÃO RES. DO C.E.E. N.º 4175 DE 26/11/2019 AO 5º
ATO DE APROVAÇÃO RES. DO C.E.E. N.º 2786 DE 09/05/2019 AO 9º

Presidente Kennedy, 04 de novembro de 2019

AUTORIZAÇÃO

Eu Fabiula de Carvalho Barreto, diretora da EMEIEF de Jaqueira "Bery Barreto de Araújo" autorizo a realização de pesquisa de estudo com o objetivo de desenvolver trabalho de mestrado, a ser conduzido pela pesquisadora Carla Ferreira Alves Belonia, da Faculdade Vale do Cricaré, Curso mestrado profissional em Ciência, Tecnologia e Educação.

Declaro também, que fui informada pela responsável do estudo sobre o objeto da pesquisa que serão realizadas na instituição de ensino a qual represento. Estou ciente de que a pesquisa será realizada para cumprimento de exigência da conclusão do curso.

Fabiula de Carvalho Barreto
Diretora

Fabiula de Carvalho Barreto
Diretora Escolar
DECRETO Nº 0054/2019